



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS (CCBSA)
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

BRUNELLY SANTOS PEREIRA DA SILVA

**AS COMPETÊNCIAS DO ARQUIVISTA PÓS-MODERNO NO TRATAMENTO DE
DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS**

JOÃO PESSOA

2018

BRUNELLY SANTOS PEREIRA DA SILVA

**AS COMPETÊNCIAS DO ARQUIVISTA PÓS-MODERNO NO TRATAMENTO DE
DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso em
Arquivologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharela em Arquivologia.

Orientador: Prof. Me. Sânderson Lopes
Dorneles

JOÃO PESSOA

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586c Silva, Brunelly Santos Pereira da.
As competências do arquivista pós-moderno no tratamento de documentos arquivísticos digitais [manuscrito] / Brunelly Santos Pereira da Silva. - 2018.
70 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2018.
"Orientação : Prof. Me. Sânderson Lopes Dorneles, Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA."
1. Arquivista pós-moderno. 2. Documentos arquivísticos digitais. 3. Arquivística pós-moderna. I. Título
21. ed. CDD 025.171 4


BRUNELLY SANTOS PEREIRA DA SILVA

**AS COMPETÊNCIAS DO ARQUIVISTA PÓS-MODERNO NO TRATAMENTO DE
DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS**

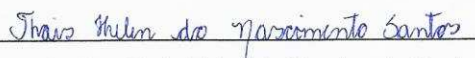
Trabalho de Conclusão de Curso em
Arquivologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharela em
Arquivologia.

Aprovado em: 29/11/2018.

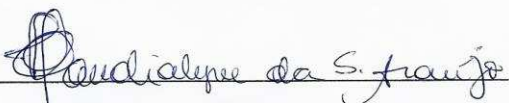
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Sânderson Lopes Dorneles (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Thais Helen do Nascimento Santos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Claudialyne da Silva Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo gostaria de deixar transparente o quanto prezo pelas boas palavras, principalmente enquanto reflexo dos bons sentimentos. Madre Tereza de Calcutá certa vez declarou que “as palavras serão inúteis se não brotarem do coração”, assim, deixo nesse agradecimento não uma ideia, nem uma opinião, mas meu bem-intencionado afeto.

Ao Prof. Me. Sânderson Lopes Dorneles pelo aprendizado em sala de aula, nas pesquisas, pela orientação desta monografia, e o mais importante, sua generosa amizade.

A Profa. Ma. Claudialyne Araújo e Profa. Dra. Thaís Helen, pela honraria prestada ao aceitar o convite de compor a banca examinadora deste trabalho sem nenhuma hesitação.

Àqueles que integram o corpo docente e técnico do curso de Arquivologia da UEPB Campus V, pela dedicação às suas atividades. Em especial a Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos pela parceria e oportunidade em participar do Projeto SESA por longas datas.

Aos meus amigos que me fazem acreditar no tão desejado “mundo melhor”. De certo soube que era amizade quando passamos a desejar a felicidade incondicional uns dos outros, uma vida sem vocês não valeria a pena ser vivida.

Aos meus pais Elba Santos e Ivangildo Pereira que me deram suporte para que eu pudesse me dedicar aos estudos e liberdade para traçar o meu caminho, agradeço por me ensinar que “*o sol é para todos*”. Nenhuma palavra será capaz de descrever a gratidão que me transborda, parte minha é reflexo de vocês. Obrigada a todos.

RESUMO

Devido a revolução tecnológica informacional e comunicacional, do advento dos computadores e a expansão da internet no fim do século XX, os conceitos e fazeres em diversas áreas foram modificados e ampliados. Não diferente, a Arquivologia passou por transições significativas com sua integração ao meio digital e diálogos constantes com outras disciplinas voltadas a informática. Diante desse novo cenário, o presente trabalho teve como objetivo geral apontar as competências do arquivista no tratamento de documentos digitais. Como objetivos específicos verificar as possibilidades das competências do arquivista frente ao tratamento de documentos arquivísticos digitais por meio da revisão de literatura; investigar junto aos arquivistas atuantes no mercado de trabalho a realidade prática das suas funções no tratamento dos novos documentos; e apresentar um perfil de arquivista que auxilie no tratamento dos documentos arquivísticos em ambiente digital. Para a consecução dos objetivos foi realizada uma pesquisa exploratória, sendo de tipo teórica e empírica, adotando-se como corrente de pensamento o pós-modernismo caracterizado pelas mudanças que eleva a relatividade das coisas, fazendo com que a verdade absoluta se desintegre durante o processo contemporâneo das incertezas humanas, resultando assim a quebra do paradigma arquivístico. A coleta de dados feita através do questionário eletrônico visou compreender os fenômenos individuais quanto a narrativa, os motivos e opiniões dos participantes, assim como quantificar através dos dados numéricos suas repostas objetivas, classificando assim a abordagem da pesquisa como quali-quantitativa. Como resultados, foi definido o conceito e as competências do Arquivista na contemporaneidade, seu perfil com base nos dados da pesquisa e as versões do seu objeto e lugar de trabalho. A partir das análises de dados acredita-se que a construção das competências do arquivista contemporâneo não se dará através de um único olhar, abordagem, objeto científico ou ambiente de trabalho.

Palavras-Chave: Arquivista pós-moderno. Documentos arquivísticos digitais. Arquivística pós-moderna.

ABSTRACT

Due to the computing and communicational technological revolution, the advent of computers and internet expansion in the end of XX century, the concepts and activities in several areas were modified and amplified. It's not different in Archiving, which has been through significant transitions with integration in the digital media and constant dialogues with other computer oriented subjects. In light of this new scenario, this present work general aim was to point the archivist competence in digital documents handling. As specific objectives to verify archivists possibilities in digital archival documents through literature revision; to investigate along active archivists the reality of their functions in new documents handling; and to present an archivist profile to facilitate archival documents handling in digital media. To achieve the objectives an exploratory research, theoretical and empirical, using postmodernism as current of thought characterized as the changes that the postmodernism characterized by changes that elevate the relativity of things, causing the absolute truth to disintegrate during the contemporary process of human uncertainties, resulting in the breaking of the archival paradigm. Data collection through the electronic questionnaire aimed to understand the individual phenomena as to the narrative, the motives and opinions of the participants, as well as quantify through numerical data their objective answers, thus classifying the research approach as quali-quantitative. As results, the concept and attributions of the archivist's competence in contemporaneity, his profile based on the research data and the versions of his object and place of work, were defined. From the analysis of data it is believed that the construction of the competence of the contemporary archivist will not be through a single look, approach, scientific object or work environment.

Keywords: Postmodern archivists. Digital archival documents. Postmodern archival.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Nível de responsabilidade da organização.....	25
Figura 2 – Funções arquivísticas conceito e objetivo.....	31
Figura 3 – Processos das funções arquivísticas.....	33
Figura 4 – Características das fases arquivísticas em ambiente digital.....	34
Figura 5 – Construção do objeto de estudo pelo prisma documental e informacional.....	39
Figura 6 – Etapas da construção do documento pela CI.....	41
Figura 7 – Características das fases de transição de paradigmas na arquivística.....	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Funções arquivísticas e suas definições.....	32
Quadro 2 – Correntes teóricas arquivísticas e seus objetos científicos.....	42
Quadro 3 – Reajuste dos componentes do curso de arquivologia da UEPB.....	50
Quadro 4 – Universidades que oferecem o curso de Arquivologia no Brasil.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Distribuição dos cursos de Arquivologia por Região brasileira.....	52
Gráfico 2	– Crescimento referente a criação dos cursos de Arquivologia no Brasil.....	52
Gráfico 3	– Cargo de atuação dos participantes no mercado de trabalho.....	54
Gráfico 4	– Natureza jurídica das instituições dos participantes.....	55
Gráfico 5	– Conhecimentos complementares que os arquivistas devem possuir.....	55
Gráfico 6	– Lugar de trabalho do arquivista na instituição.....	56
Gráfico 7	– Objeto de trabalho e de estudo dos arquivistas.....	57
Gráfico 8	– Funções arquivísticas como sendo ou não responsabilidade dos arquivistas.....	57
Gráfico 9	– Motivos de resistência do arquivista tratar documentos arquivísticos digitais.....	58
Gráfico 10	– Problemas que atrapalha a realização do trabalho dos arquivistas.	59

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A ARQUIVOLOGIA PÓS-MODERNA: UMA APOSTA PARA O FUTURO.....	16
3	O ARQUIVISTA PÓS-MODERNO E SUAS COMPETÊNCIAS.....	20
3.1	AS COMPETÊNCIAS DO ARQUIVISTA EM AMBIENTE DIGITAL.....	26
3.1.1	Campo de Atuação do Arquivista: Funções Arquivísticas em Ambiente Digital.....	30
4	O OBJETO DE TRABALHO DO ARQUIVISTA NA SOCIEDADE TECNOLÓGICA CONTEMPORÂNEA.....	37
5	O ARQUIVISTA FRENTE AS TIC'S.....	45
6	FORMAÇÃO: COMPETÊNCIAS DO ARQUIVISTA EM CONSTRUÇÃO.....	48
7	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	54
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
	REFERÊNCIAS.....	63
	APÊNDICE.....	68

INTRODUÇÃO

A revolução tecnológica que ocasionou a expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC impactou uma geração e conseqüentemente a sociedade. A “*infoera*”¹ ou “era da sociedade da informação” criou, modificou e expandiu conceitos e paradigmas sociais e científicos, assim sendo o choque causado pelas TIC’s não pode ser reversível ou muito menos ignorado. Hoje a evolução social está diretamente interligada as tecnologias, pois elas impulsionaram perspectivas diferenciadas em quase todas as ciências, saberes e fazeres. Atualmente é difícil um profissional ou instituição (independentemente de sua natureza jurídica) não usufruir de canais de informação e comunicação ou de hardwares e softwares.

As TIC’s expandiram o mundo físico para o meio digital e virtual. Considera-se virtual toda a comunicação em rede de uma situação real que passa a ser simulada através da computação, como o caso dos correios eletrônicos ou sistemas de conversas instantâneas. No caso do digital refere-se ao sistema binário, onde cada parte da informação real é convertida em bits. Estamos vivendo transições contínuas desde a antiguidade até os dias atuais, porém, a velocidade dessas mudanças foi mais intensa a partir da pós-modernidade. Alguns conceitos estão sendo estendidos e modificados à medida que se inserem dentro do ambiente digital. Além de sofrerem mudanças práticas outros conceitos são criados naturalmente, as disciplinas científicas passaram a compartilhar dos seus fazeres e saberes estabelecendo interdisciplinaridades².

As ciências passaram a dispor de novas características, se tornando ciências-tecnológicas, e seu desenvolvimento se tornou cada vez mais dependente das tecnologias, a maioria teve suas teorias e práticas convencionais influenciadas. Isso também aconteceu com a Arquivologia de forma tão significativa que as convergências com as TIC’s passaram a fazer parte de muitas discussões e desafios no campo arquivístico. Ainda a pouco tempo a Arquivologia era limitada ao seu

¹ “Infoera” é um termo que referencia a era da informação, sua principal característica segundo Zuffo (1997) é a razão máxima da mudança, que ocorrerá com regularidade e uniformidade de forma imperceptível no cotidiano, onde tudo está interligado e as informações chegam em tempo real em todo mundo.

² Tradução de Marques (2007, 61.) a partir de Jantsch (1972) “axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas definida no nível ou sub-nível hierárquico imediatamente superior, o que introduz a noção de finalidade”.

classicismo, direcionada aos documentos em suporte de papel de valor histórico, no entanto os documentos aderiram novos suportes sendo produzidos em ambiente digital ou migrados para ele, assim a forma de tratar os documentos arquivísticos tem sido revista. Entretanto é apenas a ponta do “*iceberg*”, esses novos documentos precisam de hardwares e principalmente softwares específicos para serem geridos, preservados e difundidos, ainda, que atendam aos requisitos e diretrizes do Conselho Nacional de Arquivo – CONARQ.

Como idealiza Voloshinov e Bakhtin (1926) que na arte não se pode ter uma visão geral desmembrando a obra do seu autor, não podendo ter uma compreensão total da arte separada da psique de quem a cria e a contempla, semelhantemente não podemos desmembrar o fazer arquivístico do quem o desempenha, no caso o arquivista. A nova arquivística não direciona apenas sua preocupação no fazer arquivístico ou na consolidação de uma abordagem conceitual sobre a área, a inquietação atinge os arquivistas e em como eles estão frente a essas transformações.

Os procedimentos técnicos e metodológicos, os princípios arquivísticos, as características do documento de arquivo, as funções arquivísticas e os arquivistas, estão sendo desafiados, em relação a como tratar documentos em ambiente digital. As mudanças não se limitam apenas a gestão de documentos, mas inclui os programas que antecedem a gênese documental, todo ciclo vital dos documentos e os profissionais envolvidos. As discussões em torno de todas essas mudanças são imprescindíveis para a construção de uma nova ciência arquivística pós quebra de paradigma custodial e para elaboração das competências do arquivista frente às TIC's. Contudo não há como falar sobre as competências de qualquer profissional sem entender quais atribuições desse profissional, seu lugar e objeto de trabalho e sua responsabilidade social.

O objetivo geral desse trabalho é apontar as competências do arquivista pós-moderno no tratamento de documentos arquivísticos digitais. Para isso foi delimitado os seguintes objetivos específicos: verificar as possibilidades das competências do arquivista frente ao tratamento de documentos digitais por meio da revisão de literatura; investigar junto aos arquivistas atuantes no mercado de trabalho a realidade prática das suas funções no tratamento dos documentos digitais; e apresentar um perfil de arquivista que auxilie no tratamento dos documentos arquivístico em ambiente digital.

Com a finalidade de alcançar os objetivos expostos foi realizada no primeiro momento uma pesquisa exploratória, de gênero teórica e empírica, que segundo Demo (1985) é teórica a pesquisa que se dedica a desvendar quadros teóricos de referência, e empírica a pesquisa voltada a face experimental e observável dos fenômenos, que manipula dados e fatos concretos. Assim sendo buscou-se por meio da literatura arquivística apontar as competências do arquivista, levando em consideração as transformações a partir das tecnologias da informação e comunicação, assim como através da observação sistemática e análise da coleta de dados delimitar as funções e atribuições do profissional.

No segundo momento foi realizada uma pesquisa mediante a *Web* utilizando de recursos telemáticos, que possibilitou a construção de um questionário eletrônico online utilizando de recurso o Google Doc's composto por onze questões abertas e fechadas direcionadas a arquivistas e técnicos em arquivo atuantes no mercado de trabalho brasileiro, visando obter opiniões sobre as competências do arquivista na sociedade tecnológica informacional contemporânea. O questionário foi elaborado com intuito de buscar através das opiniões dos participantes o que vem a ser seu objeto científico, lugar de trabalho e suas competências no tratamento documental. O instrumento de pesquisa ficou ativo durante doze dias, alcançando dezessete arquivistas e técnicos em arquivo atuantes nos seguintes estados brasileiros: Brasília, Pernambuco, Sergipe e Paraíba.

O tipo de amostragem utilizada foi a “bola de neve”, visto que não havia uma amostra probabilística pré-estabelecida, que permite utilizar de cadeias de referência, que segundo Vinuto (2014, p.204) “torna-se útil para estudar determinados participantes difíceis de serem acessados”. A coleta de dados visou compreender os fenômenos individuais quanto a narrativa, os motivos e opiniões dos participantes, assim como quantificar através dos dados numéricos suas repostas objetivas, classificando assim a abordagem da pesquisa como quali-quantitativa.

Para a consecução dos objetivos e apresentação dos resultados, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: Seção 1 - Introdução onde são tecidas as primeiras considerações do que se pretende com a pesquisa e sua metodologia; Seção 2 – A Arquivologia pós-moderna: Uma aposta para o futuro, que aponta os marcos principais da arquivística até os dias atuais; Seção 3 – O arquivista pós-moderno e suas competências, que define o “ser” arquivista, suas competências, características e desafios; Seção 3.1 – As competências do Arquivista em Ambiente

Digital, trata especificamente do arquivista pós quebra de paradigma arquivístico, onde o objeto de estudo e trabalho do arquivista é produzido em ambiente digital e partir disto é reformulada o fazer do profissional; Seção 3.1.1 Campo de atuação do arquivista: Funções arquivísticas em ambiente digital, aponta as funções como base de trabalho e responsabilidade do arquivista, imprescindível para o tratamento adequado de documentos arquivísticos sejam físicos ou digitais; Seção 4 – O objeto de trabalho do arquivista na sociedade tecnológica contemporânea, mostra as diversas abordagens teóricas e suas definições quanto ao objeto de atividade do arquivista; Seção 5 – O arquivista frente as TIC's, expõe as mudanças causadas a partir do estreitamento entre o arquivista e as TIC's; Seção 6 – Formação: Competência do arquivista em construção, que indica o programa educativo do arquivista como sendo essencial na execução do seu trabalho; Seção 7 – Análises dos resultados, que evidencia os motivos e opiniões dos participantes que responderam ao questionário da pesquisa. Nesta seção é apresentado também o perfil do arquivista pós-moderno, expondo um conjunto de habilidades que auxilie o arquivista a realizar suas funções; Seção 8 – Conclusão, que firma com base na literatura arquivística e da análise dos resultados da pesquisa as considerações finais referentes a problemática deste trabalho.

2 A ARQUIVOLOGIA PÓS-MODERNA: UMA APOSTA PARA O FUTURO

Pensar através do tempo é uma tarefa meticulosa já que olhar o passado requer a sensibilidade ao diagnosticar e rever os acontecimentos estando perceptível as mudanças que ocorreram, como afirma o Russell (2016, p. 460) “o presente está perto demais para nos permitir desenredar os diversos aspectos do processo com a mesma confiança”. Porém as melhorias futuras estão dialogando constantemente com o passado e o presente, avaliando as metamorfoses e identificando os males e benefícios existentes, para que através de uma filtragem seja possível alcançar melhores resultados e fazeres mais eficientes e funcionais.

A Arquivologia passou por transformações e aderiu novas características desde as suas primeiras funções quanto auxiliar da História. De secundária se transformou em disciplina autônoma, ganhando força, espaço e criando laços interdisciplinar. O fazer arquivístico permeia entre diversos cenários científicos e práticos, dialogando com a Administração quando relacionada à gestão documental, o Direito sobre o valor probatório e legal do documento, a História no que tange o valor informativo e de memória documental, a Linguagem quanto ao vocabulário controlado, recuperação da informação e análise de conteúdo, a Comunicação Social se relacionada a difusão da informação, e as Tecnologias da Informação e Comunicação na expansão do objeto científico arquivístico ao ambiente digital. Entre as ciências supracitadas as práticas ampliaram os conceitos e os conceitos as práticas, através de diálogos interdisciplinares e da revolução tecnológica, como pode ser visto na passagem de tempo da Arquivologia clássica até a Arquivologia Contemporânea. Assim sendo estar atento as mudanças é um sinal modesto, mas sensato que se pode ter em relação as transformações involuntárias e naturais que integram a nova arquivística.

Do século XVII até o XIX os arquivos e os documentos estavam voltados à valorização da sua utilidade cultural e histórica. Ao abordar sobre a tendência de uma arquivística voltada ao documento histórico observam Rousseau e Couture (1998, p.34):

Entre 1830 e 1850, de arsenal tradicional do poder, os Arquivos [sic] transformam-se em laboratórios da história [...]. Com o nascimento dos movimentos nacionalista e romântico, o interesse pelo passado e o regresso as fontes favorecem a exploração dos antigos arquivos já recolhidos. Os arquivistas irão deixar as suas actividades junto das administrações para se voltarem de preferência para o tratamento e muitas vezes para a análise dos documentos antigos.

Apenas no meio do século XX que o tratamento dos documentos arquivísticos foi reajustado devido à grande produção de documentos administrativos, desse momento em diante o documento arquivístico mudou a realidade ao qual estava costumeiramente associado, redirecionando o fazer do arquivo permanente a todo ciclo de vida documental. A partir desse episódio a tríade (arquivos, arquivistas e arquivística) desenvolveu um diálogo estreito com a Ciência da Administração buscando introduzir teorias sobre gestão visando resolver os problemas relacionados ao acúmulo documental das instituições. Contudo existia por parte dos teóricos arquivistas uma preocupação com a aproximação dessas duas ciências, em linhas gerais que a arquivística não se tornasse outra vez subjugada a outra ciência como aconteceu com a História.

Os canadenses francófonos Rousseau e Couture (1998, p.72) deixam claro o seu receio “que a arquivística tenha uma necessidade premente de elementos de formação em Administração parece-nos uma evidencia. Mas daí a tornar-se dependente dela, vai um passo que não deve ser dado”. Portanto se faz imprescindível a atenção em relação a autonomia da Arquivologia, pois o efeito de uma dependência arquivística seja com a História, Administração ou com qualquer outra ciência pode trazer malefícios para identidade da Arquivologia que já não se encontra bem definida, atrapalhando ainda mais seu desenvolvimento epistemológico, ou seja, estudo crítico dos princípios, problemáticas, resultados, metodologias, procedimentos, e etc., embora não se possa culpar apenas as amarradas da dependência passada.

Existem alguns fatores a serem levados em consideração partindo do problema epistemológico arquivístico brasileiro, a princípio a postura tecnicista do arquivista, que embora esteja se voltando para a pesquisa, parece não manter ainda o equilíbrio entre o saber e o fazer, a pesquisa nesse caso é essencial para fortalecer as bases da ciência; outra seria as diversas abordagens teóricas arquivísticas que atraem os olhares dos profissionais brasileiros que absorvem de múltiplos conceitos internacionais, o que não é negativo se voltadas a realidade brasileira.

Rondinelli (2004, p.40-42) aponta cinco marcos que foi fundamental para a Arquivologia, o primeiro sendo consequência da Revolução Francesa (1789-1799) a criação do Arquivo Nacional da França. O segundo, a criação da *École Nationale des Chartes* (Escola Nacional de Cartas) na França. O terceiro se tornou base da

Arquivologia, a publicação em 1841 do francês Natalis Du Wailly sobre o princípio da proveniência, também conhecido como princípio de respeito aos fundos, que estabelece que todos os documentos produzidos por uma instituição não devem ser misturados com a de outra entidade produtora. O quarto marco fortaleceu o tratamento documental e esse de forma mais intensa colaborou decisivamente para reformulação das teorias que separaram os arquivos em idades e todas elas passaram a ter importância mais análogas, a “explosão documental” pós II Guerra Mundial (1939-1945) intensificou a produção de documentos fossem eles administrativos, jurídicos, fiscais, e a preservação da memória institucional.

O pós-guerra marcou a Arquivologia na mesma proporção que a Revolução Tecnológica informacional. A partir da pacificação, as nações começaram a reestabelecer produções já advinda da primeira fase da Revolução Industrial (1820-1840) com o surgimento das indústrias de tecidos de algodão e a das máquinas a vapor. O último marco ocorre em 1980 quando as instituições passam a utilizar documentos eletrônicos, esse sendo consequência do avanço tecnológico pós-moderno. A evolução desses marcos é a concretização da distopia dos séculos anteriores, reformulando como os documentos estão sendo produzidos, custodiados e difundidos no século XXI. Até a chegada dos computadores nas instituições e uso da informática era impensável prever como as ciências seriam modificadas.

De acordo com Schmidt (2017) a Arquivologia Clássica se inicia após a Revolução Francesa e perdura até a Segunda Guerra Mundial. Esse período tinha como característica a centralização dos arquivos, constituição dos princípios basilares da arquivística e o objeto de trabalho dos arquivistas é o documento de arquivo. O período entre a década de 40 até 80 é denominado de Arquivologia Moderna, onde ocorreu uma grande produção documental, a separação entre arquivos primários e secundários, ou seja, os arquivos começaram a serem separados através de seus valores e tempo de uso, com base na teoria das três idades. O período é caracterizado pela ruptura com o valor histórico dos documentos e as atividades técnicas dos arquivistas frente o tratamento dos documentos permanentes. O objeto de trabalho dos arquivistas e de estudo da Arquivologia é e continua sendo o documento de arquivo, porém sendo ele também de valor administrativo, legal e probatório. A partir da década de 1980 é denominado o período da Arquivologia Contemporânea, esse com bastante influências do movimento pós-moderno considerado um processo

contemporâneo de influências. Esse período é caracterizado pela produção de novas formas documentais, devido ao uso das tecnologias, onde os documentos começam a ser produzidos ou migrados em ambiente eletrônico.

Cook (2012, p.6) sintetiza que “o pós-modernismo tem crescido e influenciado quase todas as disciplinas”, esse movimento pode ser caracterizado pelas mudanças socioculturais e que alcança o âmbito científico, linguístico, artístico, filosófico, como também movimentos mais recentes como o feminismo e o crescimento do movimento negro. O pensamento pós-modernista³ se opõe de forma generalizada ao positivismo e eleva a relatividade das coisas, fazendo com que a verdade absoluta se desintegre durante o processo contemporâneo das incertezas humanas. É dentro desse movimento tão flexível onde tudo está relacionado e nada é bem definido que se pode observar a mudança de paradigma na ciência arquivística.

Quando é levantada a questão se a arquivística está apenas adaptando e expandindo seus princípios ou realmente há um processo gradual acontecendo, Cook (2012) acredita que há uma mudança de paradigma na arquivística e não apenas uma adaptação. Através do novo modelo científico o documento não é limitado ao físico, mas ganha conceitos digitais, deixa de ser um objeto passivo e passa a ter um papel ativo na formação da memória humana e organizacional e os arquivistas deixam de ser guardiões passivos para terem um papel ativo na formação da memória coletiva. É justamente a partir da nova perspectiva que se faz o “*link*” entre o pós-modernismo, a integração das novas tecnologias da informação e comunicação e a ciência arquivística que se buscará traçar por intermédio de um olhar crítico e inovador como essa ligação vem modificando as competências do arquivista pós-moderno⁴.

³ A intenção não é usar o termo pós-modernismo de forma pejorativa, onde não se pode estabelecer significados e conceitos estáveis, a ideia é direcionada à superação da modernidade, ou seja, um período que abriu espaço para as transformações. Também não se definiu nesse contexto o pós-modernismo como a perda de todos os valores e conceitos modernos, mas a liberdade de sair da paralisia de pensamentos e movimentos da ordem universal.

⁴ O termo arquivista pós-moderno usado neste trabalho faz referência ao “movimento pós-moderno” (iniciado pós II Guerra Mundial e o movimento Modernista), sendo o termo sinônimo de arquivista contemporâneo e não a “abordagem pós-moderna arquivística”. Quando a expressão for direcionada a corrente teórica arquivística será usada a terminologia “abordagem pós-moderna”.

3 O ARQUIVISTA PÓS-MODERNO E SUAS COMPETÊNCIAS

Atualmente no Brasil ainda perdura duas condições em relação a quem desempenha atividades em Arquivos, o “ser” e o “estar” arquivista. Lopez (2008, p.2-9) apresenta a definição do que é “ser” e “estar” arquivista com base em dois dicionários brasileiros de terminologias arquivísticas, o dicionário editado pela associação de arquivistas - DIC-SP e o dicionário publicado pelo Arquivo Nacional - DIC-AN. O estar arquivista é um estado ou situação, é o profissional que está trabalhando no Arquivo e com documentos arquivísticos. O segundo é o profissional que cumpre determinadas condições e não é relevante se ele está ou não trabalhando em um Arquivo, ele é arquivista por formação.

O autor ainda identifica quatro níveis de qualificação de pessoas que trabalham em arquivos ou fazem gestão documental nas empresas e organizações, sendo eles: sem nenhuma qualificação, com qualificação mínima, o profissional semi-capacitado e o profissional capacitado. Devido a importância de um Arquivo a memória social, a administração institucional, ao acesso e transparência pública (quanto ao Arquivo Público), é perigoso que pessoas com principalmente os dois primeiros níveis de qualificação estejam a frente da administração de Arquivos.

Independente do “ser” ou “estar” arquivista (e claramente respeitando ambas as condições, pois muitos na circunstância de “estar arquivista”, operando métodos de cunho arquivístico, foram crucial para o tratamento documental de inúmeras organizações brasileiras) não há dúvidas que um Arquivo (nesse caso Arquivo a nível macro de organização e não divisões ou departamentos) deve ter um profissional com formação especializada, visto que certas atividades e funções só devem ser exercidas por um “arquivista” com formação, pois elas só terão legalidade jurídica se forem executadas pelo profissional com nível técnico ou superior na área, como o caso da elaboração de um plano de classificação.

Lopes (2013, p.180) entende, “todavia, que encontrar neste lado do mundo profissionais realmente especializados ainda é muito difícil. É preciso formá-los”. Contudo já se faz válida a preocupação, força de vontade e dedicação de muitos que estavam arquivistas e que conseguiram operar Arquivos respeitando os princípios arquivísticos e as funções que conheciam, com a finalidade de preservá-los e “salvá-los” das garras do esquecimento.

O “ser” arquivista não remete a uma universalidade, ele muda as suas habilidades, competências e funções de acordo com a sociedade, a cultura organizacional e necessidade administrativa institucional. Por isso é tão difícil traçar a história do que é ser arquivista. Tanto a arquivística, a Arquivologia e o arquivista são afetadas pelo tempo, ademais os conceitos, as atividades e as habilidades estão se reconfigurando e em constante desenvolvimento. Rousseau e Couture (1998) afirmam que os primeiros documentos administrativos datam do milênio IV a.c., e de certo fazer uma associação com os conceitos atuais daquela época seria falsear a realidade. Algo semelhante acontece com a tríade supracitada se comparar o seu passado com o que ela representa hoje.

Se é difícil escrever a história dos arquivos por causa da falta de fontes, a tarefa torna-se ainda pior quando nos interessamos pela história dos arquivistas. Existem poucos textos acerca desta função, dado que a documentação atribui mais importância aos documentos do que àqueles que tem a missão de conservá-los (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.42).

Sabe-se que os Arquivos são tão antigos quanto a escrita e que existiram guardiões ou cuidadores desses documentos, mas não é pertinente chamá-los de arquivistas, sendo que suas funções eram diferentes. Segundo Rousseau e Couture (1998) “é talvez injusto, ou mesmo inexato, aplicar esta designação contemporânea a um contexto diferente do ocorrido anteriormente com os documentos”. Contudo, há um ponto em comum entre o guardião do passado e o gestor atual, ambos estavam voltados ao tratamento documental e a preservação das informações.

Mas afinal o que um arquivista faz? O arquivista é o profissional que gere, armazena e conserva documentos independente do seu suporte através de técnicas arquivísticas, disponibilizando as informações contidas nos Arquivos. O exercício da profissão de arquivista é disciplinado pela Lei nº 6.546 de 04 de julho de 1978 e pelo Decreto nº 82.590, de 06 de novembro de 1978. O Decreto em seu Art.2º estabelece como atribuições dos arquivistas:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centros de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;

- VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, par fins de preservação;
- IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
- XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.

Entendendo as atribuições, habilidades e funções como parte das competências é possível enxergar que as responsabilidades do arquivista estabelecidas em 1978 continuam sendo muito semelhantes dos arquivistas atuais, aparentemente de modo geral pouco foi acrescentado, todavia as atividades as quais os incisos da lei fazem menção certamente não alcançam a complexidade da situação atual. Como já foi mencionado, o marco tecnológico veio com os adventos dos computadores na década de 80, modificando a forma de viver, trabalhar e aprender, assim como o ser, o fazer e o saber. Portanto, o arquivista precisa ter a responsabilidade de um olhar mais crítico as mudanças que as tecnologias da informação e comunicação causam em suas funções, assim como definir onde começa e termina as suas obrigações dentro da organização, estabelecendo o que deve ser compartilhado com os profissionais de outras áreas.

No ano de 2005 aconteceu no Quebec - Canadá o “5^o Journées des archives”, um evento oferecido pela L’Université catholique de Louvain (A Universidade Católica de Lovain) e seu departamento de História, que buscam realizar “Dias de Arquivos” para tratar de assuntos referentes a disciplina arquivística. No referido ano o tema abordado foi o “*Treinamento de Arquivistas: Enfrentando os Desafios da Sociedade da Informação*”, contando com a participação de cinquenta especialistas nacionais e internacionais como consta no relatório da Biblioteca e Arquivos Nationale du Québec elaborado por Carol Couture (2005, p.11). As questões levantadas durante o evento foram as seguintes: quais habilidades que os usuários esperam encontrar nos serviços de Arquivo? Quais as intervenções que eles esperam ver do arquivista? Qual percepção dos arquivistas em relação às habilidades dos seus colegas? Quais as preocupações atuais dos responsáveis pela formação dos arquivistas? E por fim, quais as maneiras de preparar a nova geração e treinar os arquivistas no terceiro milênio?

Apresentar soluções estáveis para essas perguntas ainda é uma tarefa difícil, pois a sociedade está cada vez mais líquida e a velocidade na qual as coisas acontecem não permite um estado de permanência. Bauman (1999) desenvolve o conceito de Modernidade líquida como uma metáfora ao compará-la com o estado líquido da água, onde a imutabilidade da sociedade se assemelha com sua fluidez, que é contrária as coisas sólidas, estáveis e duradouras. Contudo as discussões sobre os mesmos pontos não perderam a força, pelo contrário, estão ainda mais enérgicas, principalmente porque o uso das TIC's está auferindo atenção entre os debates da disciplina científica e no cotidiano prático das organizações. Porém, como qualquer profissão os bons resultados não vêm na doação, mas na conquista através das lutas.

Infelizmente o trabalho do arquivista ainda é difícil devido à invisibilidade profissional e falta de conhecimento dos gestores e da sociedade sobre a importância do Arquivo enquanto detentor de informação, facilitador da administração e protetor do patrimônio documental. Nenhuma instituição deveria contratar um arquivista somente com intenção de guardar papel ou higienizar documentos mofados e empoeirados em lugares insalubres, não deveria ser uma intenção de “arrumar” o caos documental, mas de promover tratamento documental.

Quando se fala aqui sobre cuidados contra os agentes deteriorantes de documentos físicos não é desmerecendo a preservação e a conservação documental, mas esclarecer que um arquivista não é apenas um “profissional de portas dos fundos” e que seu lugar não se resume aos Arquivos ou depósitos abarrotados de documentos como na maioria das vezes acontece, idealizar que esse é o lugar do arquivista é um pensamento no mínimo ultrapassado.

A Arquivologia aos poucos foi se adequando não por pura obstinação, mas pela necessidade de integração com a realidade de cada época. À medida que as mudanças históricas sociais ocorrem, as tecnologias deram novas configurações e o fazer arquivístico é invadido pelas novas tendências tecnológicas, por isso não acompanhar essas mudanças dá abertura para que a arquivística estagne conforme expõe Rousseau e Couture (1998, p.73):

É urgente que se realize uma verdadeira integração e que surja uma profissão cuja missão essencial consiste em gerir, tratar e dar acesso à informação, e que participe, em concertação com várias disciplinas, no: “[...] desafio lançado pela explosão documental”. Esta nova arquivística deverá apoiar-se em programas de formação de alto nível, sistematizar e orientar a investigação

para os conceitos e os instrumentos que utiliza, e isto em colaboração com os outros domínios de actividade. E a partir do momento, e só nesse momento, em que todos os profissionais do *records management* e da arquivística profissional tiverem encontrado as razões e os meios para se unir e levarem a cabo uma acção conjunta e organizada para que a sua profissão seja reconhecida como uma verdadeira disciplina, completa, coerente, socialmente útil e praticamente eficaz, poderão esperar, já não durar ou subsistir, mas sim desenvolver-se e crescer até atingir a plenitude do potencial que a arquivística é capaz de facultar.

Como resultado da evolução da área, a formação dos arquivistas está se renovando, os estudos estão tomando novas direções e trazendo novas perspectivas tentando atender os desafios que é a inclusão do fazer arquivístico no ambiente digital. A mudança do paradigma pós-moderno não se limitou apenas a estrutura, como a preocupação do lugar de guarda e preservação dos novos documentos, nem ao objeto de estudo em si, o documento ou para os pós-custodiantes (como Fernanda Riberio e Armando Malheiro) a informação social, mas também em quem está tratando dos fazeres arquivísticos, em outras palavras, o arquivista. Esse seria um dos desafios da Arquivologia, manter os profissionais da área atualizados, aptos para solucionar problemas que as mudanças contínuas desta ciência promovem e que nessa liquidez se transforma com uma velocidade incalculável. Duranti (1994, p.62, *apud* SCHMIDT, 2012, p. 182) levanta uma questão muito pertinente sobre o papel do arquivista atual:

Em recentes debates sobre o papel do arquivista na era da informação, a ideia de que os arquivistas precisam se preparar para a 'era pós-custodial dos arquivos' foi repetidamente expressa. O pressuposto que está por trás dessa afirmação é que os arquivistas devem transcender seu papel de custodiantes se desejam sobreviver como profissão no próximo século.

Todas essas mudanças que atingiram a maneira de tratar os documentos arquivísticos e o papel dos arquivistas ocorreram como um fenômeno independente, por isso a preocupação eminente da adequação dos arquivistas frente a sociedade tecnológica contemporânea. Se já é difícil promover a importância do tratamento documental nas instituições e o caráter social que os arquivos dispõem, pensar no profissional que está por trás executando esse trabalho e fazer com que ele seja reconhecido é ainda mais difícil, justo pelo julgamento errôneo de que “os arquivistas organizam a papelada”. Por estes motivos antes citados que há necessidade de entender as competências que levam os arquivistas atuais a cumprirem suas funções, tornando-os mais visíveis dentro das organizações e perante a sociedade.

Muitos profissionais manuseiam, utilizam e analisam a informação, pois precisam do conteúdo administrativo, probatório e informativo para cumprir com as suas funções na organização, nesse caso o conteúdo documental é o que é relevante. Para Lopes (2013, p. 179) “não cabe a eles resolver problemas de planejamento ou operacionais da gestão da informação arquivística”. Normalmente não estão preocupados com o suporte, forma ou gênero dos documentos, nem tem o cuidado de perceber o documento além da sua necessidade momentânea.

Ainda falta às organizações e seus membros a sensibilidade de ver o documento arquivístico como um bem necessário, não como um problema, e ver o arquivista como um intelectual gestor de documentos e informação arquivística, não como uma força braçal que organiza massa documental e as arquiva em estantes usando um método ou outro de arquivamento. Faz parte do dever das organizações dar oportunidade para que os arquivistas cumpram as suas competências e o objetivo da arquivística de promover e dar o acesso a informação, atendendo as demandas e necessidades dos usuários. O que move uma organização são os profissionais que nela atuam e que não atuam para si, mas para o outro. A organização deve prezar por seus profissionais para que estes cumpram suas atividades. Em relação aos arquivistas ela deve colaborar no tratamento documental com a finalidade de dispor o acesso à informação aos usuários. A figura abaixo mostra a hierarquia da responsabilidade da organização em relação ao arquivista e suas obrigações:

Figura 1: Nível de responsabilidade da organização



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Assim como existe uma hierarquia social que determina os níveis e posições das pessoas na sociedade, existe também a hierarquia profissional que determina os níveis e posições das pessoas no ambiente de trabalho, essa hierarquia determina qual profissional é mais relevante ou não para a sociedade. Na hierarquia social por exemplo é possível classificar um indivíduo de acordo com a sua classe social de modo generalizado através da sua faixa salarial, no caso da hierarquia profissional o indivíduo é medido através do seu nível de escolaridade ou área do conhecimento. Essa mensuração muitas vezes causa a “invisibilidade profissional”, estado onde um profissional passa despercebido pela sociedade, isso não implica dizer que ele não seja necessário, implica dizer que ele está invisível, na maioria das vezes pela própria sociedade não compreender a importância deste profissional para o funcionamento da administração pública. O arquivista embora tenha melhorado bastante o seu reconhecimento ainda é um profissional despercebido e invisível dentro da administração.

Trabalhar com informação não é o mesmo que gerir a informação, uma gestão indevida da documentação e informação orgânica acarreta em problemas de desordem e perda informacional. É de grande importância que os arquivistas busquem “o seu lugar ao sol”, que se posicionem e não se acostumem com o anonimato. Para muitos talvez ainda seja interessante o feito tecnicista e o comportamento imediatista e independente na prática, mas o fazer individual não é um superpoder, não quando a ciência é tão interdisciplinar ou transdisciplinar como a Arquivologia. Muitos até podem se submeter a esse perfil de forma inconsciente ou não, permanecendo num estado de negação ou indiferença, mas isso não impedirá que o processo de desenvolvimento da arquivística continue. A questão é, os arquivistas estão dispostos a acompanhar as mudanças, estão dispostos a abraçar a nova causa?

3.1 AS COMPETÊNCIAS DO ARQUIVISTA EM AMBIENTE DIGITAL

Levando em consideração as competências⁵ do arquivista como sinônimo de função que conseqüentemente são atividades contínuas que possibilitam a missão de

⁵ De acordo com o Dicionário Online a palavra competência pode significar: 1- Capacidade decorrente de profundo conhecimento que alguém tem sobre um assunto; 2- Capacidade de fazer alguma coisa, aptidão; 3- Atribuição, jurídica ou consuetudinária, de desempenhar certos encargos; e 4- Dever ligado a ofício, cargo, trabalho, atribuição, alçada (COMPETÊNCIA, 2018). A palavra será usada durante o

uma organização, incluindo que o profissional deve estar revestido de habilidades e competência, generaliza-se que o seu dever está diretamente ligado ao cumprimento dessas atividades independente do seu lugar de operação. É importante frisar que as competências são variáveis, e que é desafiador elaborar uma lista de requisitos padrão, sabendo que a cultura organizacional é resultado do seu ambiente, e que as funções adequadas são aquelas que conseguem sanar as necessidades dos usuários e da organização.

Vale questionar porque há uma agitação tão insistente nas discussões científicas do campo arquivístico sobre as competências do arquivista em ambiente digital, seria esse um ato de euforia resultado dos encantos tecnológicos ou pura preocupação? Não há dúvidas que a abertura desse cenário digital possibilitou novas oportunidades, mas com toda a certeza há também o estado de preocupação, pois os problemas somaram-se, e o que antes era problemática do documento físico ganhou configuração digital, assim os dilemas foram transferidos e não encerrados. A partir disso, a competência dos arquivistas está sendo revista, porque não há possibilidade de tratar documentos físicos e digitais da mesma maneira.

A falta de políticas arquivísticas, tratamento documental, acúmulo documental, gestão de documentos, recuperação e acesso da informação acompanharam o novo ambiente e outros montantes surgiram, como questões de segurança da informação e obsolescência tecnológica de hardwares, softwares e formatos. Fazendo um comparativo grosseiro sobre o estado deteriorante dos sólidos que necessitam manter suas formas para resistirem, na percepção de Bauman (1999, p.9-10) até que ponto os sólidos não foram substituídos por estarem “enferrujados, esfarelados, com as costuras abrindo, por não poder confiar neles”, em síntese os conceitos arquivísticos parece ter necessitado da liquefação que partiu dos documentos tradicionais.

É comum ver o pessimismo pairando quando o assunto é o tratamento de documentos digitais, porque muitas das organizações não conseguem lidar nem com os documentos físicos imagina com os documentos digitais. Em vista disso parece se

trabalho em quase todos os vieses dos significados, o contexto irá apontar o significado a que a palavra se refere. Contudo de modo geral a palavra competência no título e seções do trabalho se refere a função, dever ligado ao ofício de um profissional. Em outros momentos durante o texto irá se referir a capacidade decorrente do conhecimento em determinado assunto ou capacidade de realizar uma atividade.

criar um desinteresse ainda maior em relação aos documentos digitais fazendo os arquivistas segurar os fantasmas do passado. Preferem ainda enxergar os novos documentos como uma distopia, distante e sem endereço. Porém independente da quantificação de quem está ou não tratando dos novos documentos e se será viável ou não, a realidade é que não há distopia nenhuma e que os documentos digitais arquivísticos (e sinônimos) já adentrou as portas da Arquivologia e esse encontro é irreversível. Conforme Bellotto (2006, p. 299):

O arquivista hoje não pode esquecer que vive e atua profissionalmente na chamada 'era da informação', na qual as tecnologias da informação e da comunicação têm presença marcante. Os novos suportes documentais com os quais terá de lidar, exigem conhecimento, competência, métodos e meios de produção, utilização e conservação física especiais. São fatores novos, sobre os quais os arquivistas passam agora a serem instruídos e treinados, não obstante correrem o risco de, em virtude de um vertiginoso crescimento das possibilidades da eletrônica nas áreas documentais, nunca conseguirem abarcar a plenitude desses conhecimentos tão mutáveis e dependentes de equipamentos tão rapidamente tornados obsoletos.

A partir da análise dos resultados do questionário aplicado para coleta de dados (**ver** análises dos resultados, p. 46-53), pode-se definir o arquivista e suas competências na instituição como sendo “o gestor de documento arquivístico/informação orgânica lotado de competência, que acompanha e proporciona melhorias nos procedimentos (aplicação das funções arquivísticas e instrumentos de gestão) desde a gênese documental até sua destinação final, promovendo a partir disto o acesso à informação a fim de facilitar a tomada de decisão administrativa, preservação da memória institucional e social, além da pesquisa”. Alguns critérios e procedimentos que compõe as competências do arquivista frente aos documentos arquivísticos digitais:

1. Implantar políticas arquivísticas, programas e planos de gestão, preservação e acesso de documentos arquivísticos digitais na organização: o intuito é de definir as regras, metas e ações que deverão ser realizadas dentro da organização. Objetivando inicialmente dar acesso a informação arquivística digital, tratamento e preservação. O acesso deve manter a transparência ativa de acordo com a Lei 12.527/2011;
2. Gerenciar as funções arquivísticas em ambiente digital: as funções arquivísticas apresentadas por Santos (2008, p.178-181), incluindo a

identificação arquivística como função. O arquivista deve ter a habilidade e competência para executar as funções durante todo fluxo documental, presando para que sejam cumpridos os requisitos e as diretrizes dos Sistemas Informatizados de Gestão Arquivísticas de Documentos – SIGAD⁶, Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq⁷, e sistemas de acesso de documentos arquivísticos digitais. A aplicação das funções arquivísticas tem como objetivo três bases mínimas sendo: colaborar com os objetivos da organização, controlar os documentos que são produzidos e recebidos pela organização e dar acesso à informação;

3. Elaborar instrumentos de gestão de documentos arquivísticos: como plano de classificação codificado ou não, tabela de temporalidade e destinação, manual de gestão arquivística de documentos e esquema de classificação referente à segurança e ao acesso aos documentos. A classificação e avaliação de documentos são funções de cunho intelectual, mesmo que não necessitem de hardware ou software para serem realizadas devem ser integradas ao SIGAD;
4. Manter o diálogo com profissionais de outras áreas: não se fala aqui que o arquivista deve ser um técnico em TI ou administrativo, mas que tenha noções básicas para que se possa em consenso com esses profissionais cumprir com as atividades inerentes ao Arquivo;
5. Não se afastar dos princípios teóricos e basilares da Arquivologia: o arquivista deve garantir que os princípios arquivísticos tanto no ambiente físico ou digital sejam respeitados;
6. Pensar como usuário final: os documentos de carácter digital estão sendo produzidos velozmente, o problema não é a falta de informação registrada e sim a dispersão que elas sofrem pela ausência do tratamento documental e

⁶ SIGAD é o conjunto de procedimentos e operações técnicas, característico do sistema de gestão arquivística de documentos (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p.10).

⁷ Repositório digital confiável é aquele que tem como missão oferecer, à sua comunidade-alvo, acesso confiável e de longo prazo aos recursos digitais por ele gerenciados, agora e no futuro (RLG/OCLC, 2002, p. 5, *apud* CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2015, p.4).

informacional. O arquivista deve verificar se a recuperação da informação (pós aplicações das funções arquivísticas) está funcionando de forma ágil, fácil e confiável.

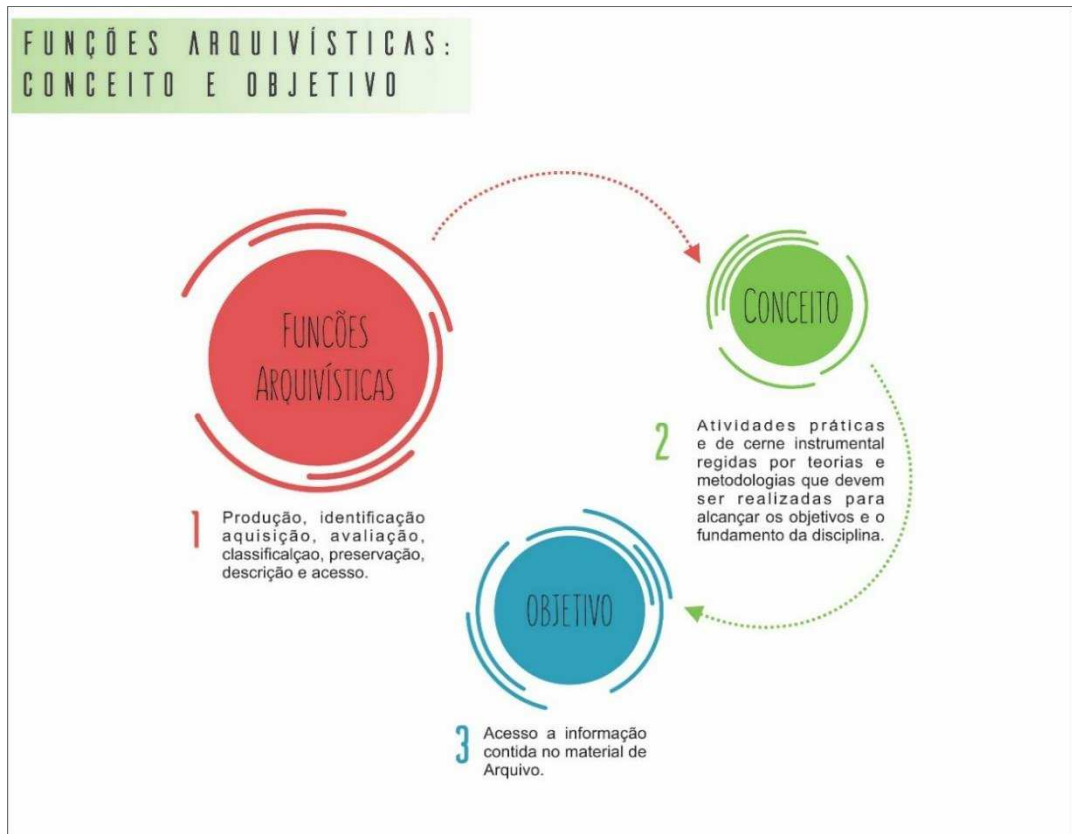
O leque do fazer e saber está aberto para os novos arquivistas, para alcançar tais feitos os arquivistas devem acompanhar os novos estudos, participar de treinamentos e se tornar profissionais curiosos.

3.1.1 Campo de Atuação do Arquivista: Funções Arquivísticas em Ambiente Digital

As funções arquivísticas formam um “tríplice de atividades” que buscam gerir, preservar e difundir um arquivo. Dentro da Ciência da Administração a função se assemelha as competências e responsabilidade. Na arquivística o conceito de função possui três vieses: 1-atividades inerentes a instituição; 2-campo de atuação de uma profissão; e 3-campo de atuação de uma disciplina (SANTOS, 2011, p.58). Para a contextualização abordada aqui será usada a definição como campo de atuação do arquivista.

Atualmente a realidade do reconhecimento das funções dos arquivistas já está mais distante do passado, onde as atividades que de acordo com Schmidt (2012, p. 292) eram recolhimento, tratamento, conservação e acesso, estavam direcionadas aos arquivos permanentes, ou seja, ao seu valor secundário (histórico e informativo). Contudo em consequência do problema da Massa Documental Acumulada (MDA) depois da década de 50, surgiu a necessidade de implantar a gestão de documentos nas organizações, o que levou a desconstrução da ideia do arquivista como guardião da memória e custodialista passando a atuar e exercer suas atividades desde a produção documental. Outra contribuição para a ampliação das funções arquivísticas está atribuída a “teoria das três idades” que deu evidência aos arquivos nas fases correntes e intermediárias considerando essas fases tão importante quanto o arquivo permanente. Por fim a outra contribuição foi a do núcleo do paradigma pós-custodial, o surgimento do documento digital. A figura a seguir exhibe quais as funções arquivísticas o seu conceito segundo Schmidt (2012, p.22-23) e o seu objetivo.

Figura 2: Funções arquivísticas conceito e objetivo



Fonte: Adaptado de Schmidt (2012).

Lopes (2013, p.28) aponta as funções básicas como sendo a classificação, avaliação e descrição, entretanto existem mais cinco funções arquivísticas considerando a identificação como uma delas, produção, aquisição, preservação e acesso. O autor inclusive observa que as funções “não devem se sobrepor, mas sim buscar espaços de cooperação e tratamento integral das informações” (LOPES, 2013, p. 34-35). O tratamento documental antes voltado para os arquivos históricos ao se ampliar aumenta seu campo de ação, partindo da gênese documental até a guarda permanente. Segue abaixo as funções arquivísticas e suas definições:

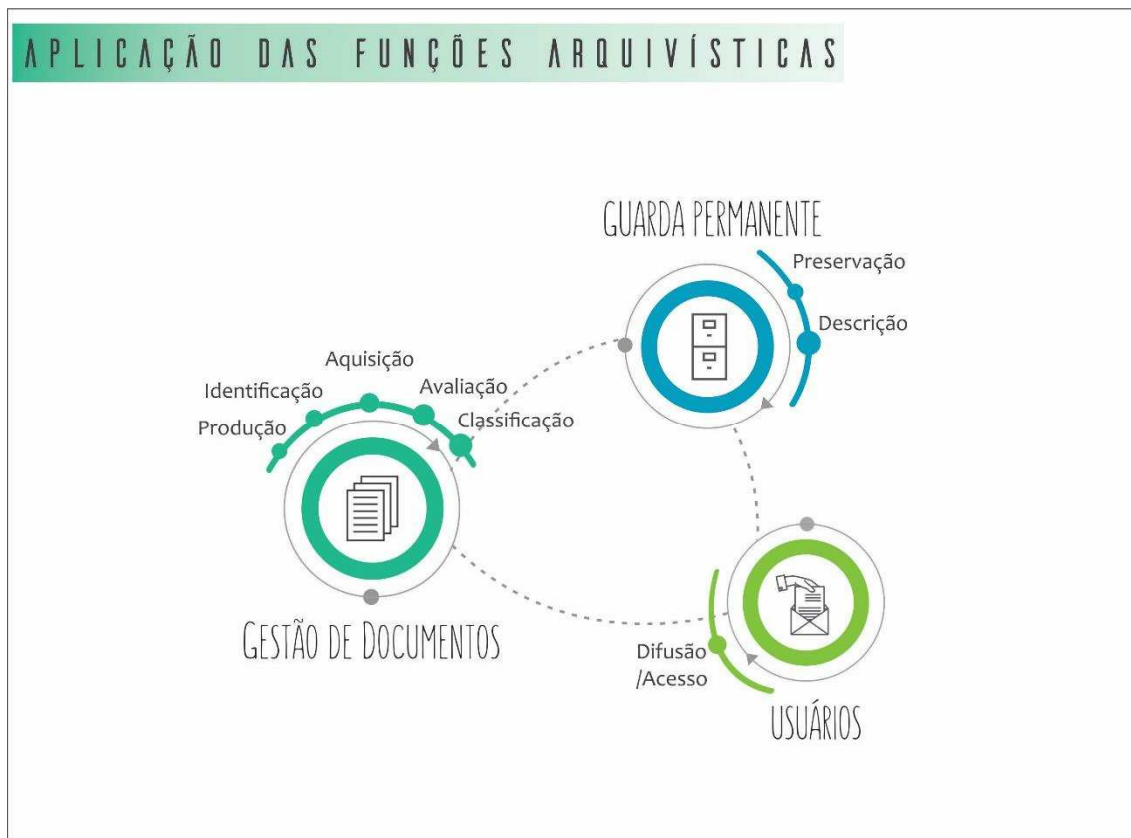
Quadro 1: Funções arquivísticas e suas definições

Função Arquivística	Definição
Criação/Produção	Contempla os procedimentos relacionados à manutenção do maior rigor possível na produção dos documentos de arquivo, abrangendo definição de normas, conteúdo, modelos, formato e trâmite.
Identificação	Tarefa de pesquisa sobre a gênese do documento de arquivo, desenvolvida no início do tratamento documental para definir requisitos normalizados de planejamento das funções que sustentam o tratamento técnico documental, seja no momento da produção ou da acumulação (planejamento da produção, classificação, avaliação e descrição), (RODRIGUES, 2011).
Avaliação	Feita a partir de critérios preestabelecidos, definição dos prazos de guarda e destinação (eliminação ou preservação permanente) da documentação arquivística de uma dada instituição.
Aquisição	Contempla a entrada de documentos nos arquivos corrente, intermediário e permanente; refere-se ao arquivamento corrente e aos procedimentos de transferência e assegurar que o acervo recebido é completo, confiável e autêntico e, desta forma, lhe conferir o máximo de credibilidade como evidência, testemunha do contexto de sua criação e fonte de informação.
Conservação/Preservação	Aspectos relacionados à manutenção da integridade física e/ou lógica dos documentos ao longo do tempo, bem como as tecnologias que permitem seu processamento e recuperação.
Classificação	A classificação orienta a organização intelectual do acervo de forma a refletir a estrutura organizacional e decisória da instituição acumuladora e facilitar o acesso aos documentos produzidos.
Descrição	Comumente entendida como uma função relacionada à fase permanente, o que consideramos equivocado, a descrição é uma ação que perpassa todo o ciclo de vida do documento, devendo ter seus elementos adequados a cada uma das suas fases, à unidade documental a qual se refere (peça, dossiê, série etc., ou ainda, textual, imagético ou audiovisual) e às necessidades do usuário (produtor ou usuário externo).
Difusão/Acesso	Na definição do Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa de 2001, “difusão” tem mais relação com divulgação, propagação de ideia. Ocorre, porém, que o termo adotado pelo Dicionário de Terminologia Arquivística (CAMARGO; BELLOTO, 1996, p.9) e pelo Dicionário de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p. 19), é “acesso” que, segundo proposta selecionada da segunda obra, é a “função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização” bem mais abrangente e esclarecedora, pois abrange os dois conceitos; esta função, no entanto, não se restringe ao acesso às informações e documentos armazenados, mas a difusão das práticas para que isso ocorra adequadamente.

Fonte: Adaptado de Dorneles (2017).

As funções seguem uma lógica que permite acompanhar e dispor de tratamento para todo fluxo documental. Muitas das funções terão instrumentos, requisitos e diretrizes próprias, como o caso da classificação (plano de classificação), avaliação (tabela de temporalidade documental), descrição (normas de descrição) e acesso (Lei de acesso à informação). O processo sequencial das funções está ilustrado na figura abaixo.

Figura 3: Processos das funções arquivísticas



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

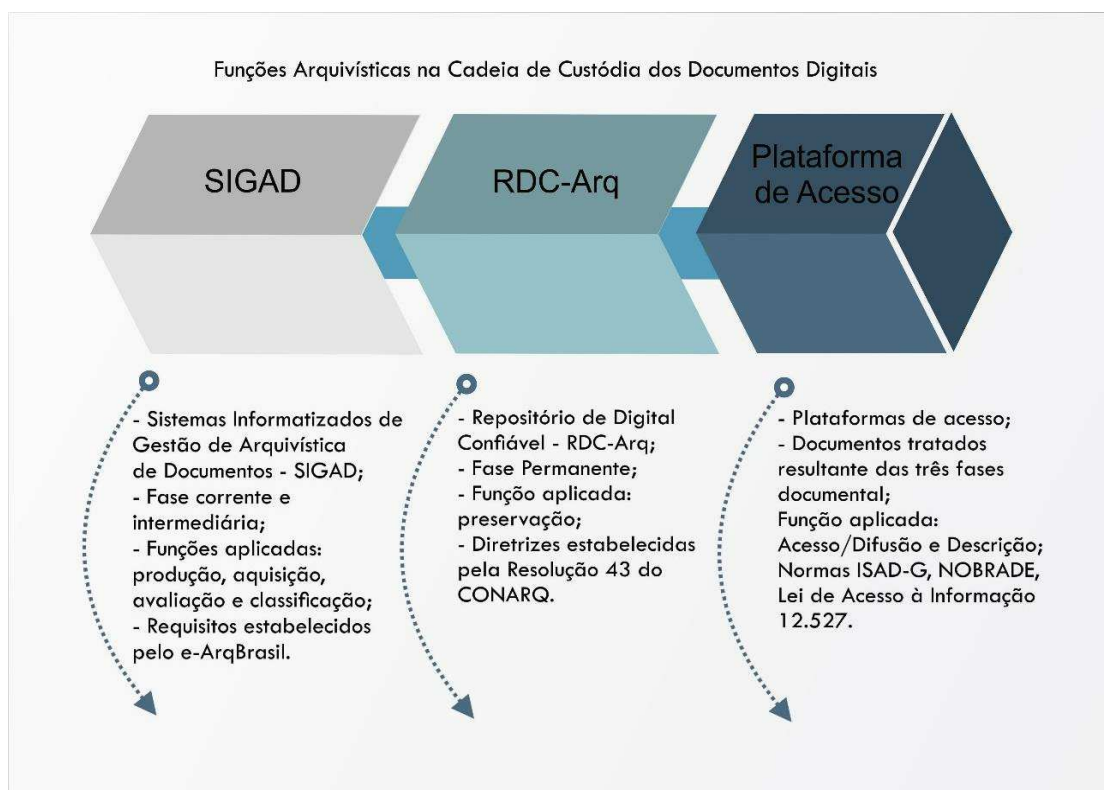
No momento da gestão documental de documentos físicos se encontram as funções arquivísticas: produção, identificação, aquisição, avaliação e classificação. Na guarda permanente: preservação e descrição. E, por fim, aos usuários (internos e externos): difusão/acesso. Lembrando que a descrição pode ser realizada desde a fase corrente sobre a perspectiva da arquivística integrada de acordo com Lopes (2013), embora seja segundo Bellotto (2006) uma tarefa típica dos arquivos permanentes, devido a possibilidade de eliminação nas demais fases. Em relação ao acesso ocorre algo parecido, não é uma função apenas da fase permanente, pois há acesso e difusão durante todo ciclo documental, embora ela ganhe evidência através dos usuários. Por este motivo foi esboçado na figura acima a descrição vinculada a fase permanente e a difusão/acesso aos usuários, contudo nada impede o uso dessas funções durante todo o ciclo de vida documental.

Se anteriormente os arquivistas estavam destinados a trabalhar, basicamente, nos arquivos históricos, como guardadores da informação, atualmente sua atuação tem experimentado novos desafios. A eles se lhes atribui a gestão da informação desde o momento de sua gênese até a sua destinação final ou guarda permanente. Entre esses dois processos de

trabalho, englobam-se todas as funções arquivísticas. Os avanços tecnológicos que tem lugar diariamente, reflete se nas tarefas e serviços dos arquivos e os arquivistas devem manter uma atualização contínua a fim de seguir sendo profissionais reconhecidos e respeitados na sociedade. (SOUZA, 2011, p. 53).

No caso das aplicações das funções arquivísticas em ambiente digital quase todas dependem da intervenção de hardwares e softwares para que sejam operadas, além de pessoas capacitadas. As etapas são iguais aos dos documentos físicos, porém, no meio digital a gestão de documentos, a guarda e acesso adquiriram outras terminologias, como SIGAD, RDC-Arq e Plataformas de Acesso. Os programas de gestão arquivística, preservação e acesso estabelecerão os requisitos e diretrizes durante toda a cadeia de custódia documental. O SIGAD deve ser embasado pelo e-ArqBrasil, o RDC-Arq pela resolução 43 do CONARQ e as plataformas de acesso pelas normas de descrição arquivística e a Lei de Acesso à Informação – LAI. O esquema ilustrado adiante demonstra o lugar das funções arquivísticas em ambiente digital:

Figura 4: Características das fases arquivísticas em ambiente digital



Fonte: Adaptado pela autora de Flores (2016).

Vale lembrar que embora a descrição arquivística seja uma atividade normalmente realizada na fase permanente nos documentos físicos, em ambiente digital ela é aplicada nas plataformas de acesso e não ao repositório. Não obstante as funções arquivísticas estão ligadas a gestão. A Lei n. 8.159, art. 3º, de 08 de janeiro de 1991 define gestão de documentos arquivísticos:

[...] o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

O e-ArqBrasil define SIGAD:

[...] conjunto de procedimentos e operações técnicas, **característico do sistema de gestão arquivística** de documentos, processado por computador. Pode compreender um *software* particular, um determinado número de *softwares* integrados, adquiridos ou desenvolvidos por encomenda, ou uma combinação destes (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p.10, grifo nosso).

A partir disto, percebe-se que o conceito de gestão de documentos arquivísticos está integrado ao conceito de SIGAD, e que embora em outro cenário as funções arquivísticas continuam tendo o mesmo objetivo. Elas estão ganhando notoriedade no meio digital em decorrência ao fenômeno informacional e tecnológico. Os sistemas informatizados facilitam o acesso e só é possível gerenciar as funções em ambiente digital com o uso de hardwares e softwares específicos. Vale ressaltar que algumas funções arquivísticas são intelectuais e a partir disso não é necessário a intervenção tecnológica para que possam ser aplicadas, outras são híbridas podendo ser aplicadas tanto em Arquivos físicos como em digitais.

As funções e os princípios arquivísticos estão andando em conjunto na atuação do arquivista e no tratamento de documentos digitais, referente a atuação estabelece as atividades práticas e procedimentos a serem realizados, e sobre o tratamento garante que os fundamentos e conceitos sejam respeitados e mantidos. Elas sempre estiverem centradas no objeto de estudo da Arquivologia, à medida que o objeto desafixou o seu conteúdo do suporte, a inquietação sobre o tratamento desses novos documentos ficou ainda mais em evidência e conseqüentemente as funções. Já havia uma dependência entre objetos, funções e princípios e ela se estendeu ao ambiente digital.

De fato, houve uma mudança incontestável no saber arquivístico, porém as teorias e princípios permaneceram. As novas abordagens não estão sendo criadas a partir do nada, até porque a sociedade líquida não pretende eliminar toda solidez do passado, sua intenção é recriar novos sólidos, como afirma Bauman (1999, p.9) “substituir o conjunto herdado de sólidos deficientes e defeituosos por um conjunto, aperfeiçoado e preferivelmente perfeito”. Nesta perspectiva, talvez esteja havendo mais inclusão e integração nos conceitos que esquecimento. Enquanto isso, por outro lado o fazer arquivístico é mais resistente ao processo da mudança, pois as teorias conseguem fluir, e mesmo que com pouco consenso, ajudam com crescimento da ciência. A inadequação ou indiferença frente a tecnologia faz com que o arquivista se distancie da prática necessária para resolver os problemas atuais de:

- ✓ Manter as características arquivísticas dos documentos digitais;
- ✓ Garantir que durante o procedimento tecnológico os princípios não sejam feridos;
- ✓ Gerir os documentos digitais nos sistemas arquivísticos de documentos;
- ✓ Preservar os documentos em repositórios; e
- ✓ Difundir a informação.

Para que sejam cumpridas as atividades inerentes as funções arquivísticas tanto em ambiente físico quanto no digital se faz necessário um programa de gestão de documentos que estabeleça claramente os procedimentos, requisitos e diretrizes referentes as funções que serão aplicadas durante o processo de gestão. A teoria arquivística quanto aos documentos digitais está passo à frente das práticas empregadas nos sistemas informatizados arquivísticos, o que parece conflituoso já que uma articulação teórica facilita e guia as práticas. Evidente que as práticas necessitam de recursos (humanos e matérias) e que sua falta dificulta ou impossibilita as aplicações teóricas, porém não há como um “fazer” sobreviver apenas de teorias, é imprescindível insistir em tornar as teorias e práticas mais equilibradas.

4 O OBJETO DE TRABALHO DO ARQUIVISTA NA SOCIEDADE TECNOLÓGICA CONTEMPORÂNEA

É natural quando é estabelecida as competências de um profissional pensar sobre o seu objeto de estudo ou trabalho, dessa maneira qual seria o objeto do arquivista? A definição desse produto está diretamente ligada à sua atuação, pois é a ele que as competências do arquivista serão direcionadas, seria possível definir apenas um objeto? Caso contrário, quais? Para responder tal questão talvez não baste escolher apenas uma ou outra definição do objeto dentro das várias abordagens teóricas que existem, que são exploradas e absorvidas pela arquivística brasileira, tendo em vista as variantes e mudanças no percurso da arquivística clássica a contemporânea. Dentro desse espaço temporal não existe apenas uma transição, mas várias ao mesmo tempo, isso porque o fazer arquivístico e o profissional por trás desse trabalho não pertenceu a um único ambiente, história, cultura e sociedade.

Houve diferentes abordagens sendo desenvolvidas fortemente na França, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia, Itália, Portugal, e outros países. Pode-se admitir que a França é a matriarca da arquivística, tendo como referência a Revolução Francesa que propiciou a criação do Arquivo Nacional francês e olhares voltados a importância documental. Contudo esse prelúdio não diminui o brilho de outros países que vem contribuindo no desenvolvimento da arquivística, claramente com particularidades pertinentes as suas realidades.

Novamente o pós-modernismo com a sua pluralidade e liberdade de ideias, assim como as distinções entre as correntes teóricas arquivísticas não contribuíram para definição de um do objeto de trabalho do arquivista. Cook (2012, p.13) enxerga uma diferença muito considerável entre os arquivistas norte-americanos e australianos já na abrangência do conceito de “ciência arquivística”, imagina sobre o objeto de estudo. Os norte-americanos e australianos estão distantes do termo, pois o conceito de ciência para eles remete as ciências exatas, enquanto os europeus estão mais íntimos e relacionados com a terminologia. Para ele as diferentes interpretações do que cada país entende por “ciência arquivística”, seja teoria arquivística, história arquivística ou conhecimento arquivístico mostra o quanto a ciência arquivística é mutável.

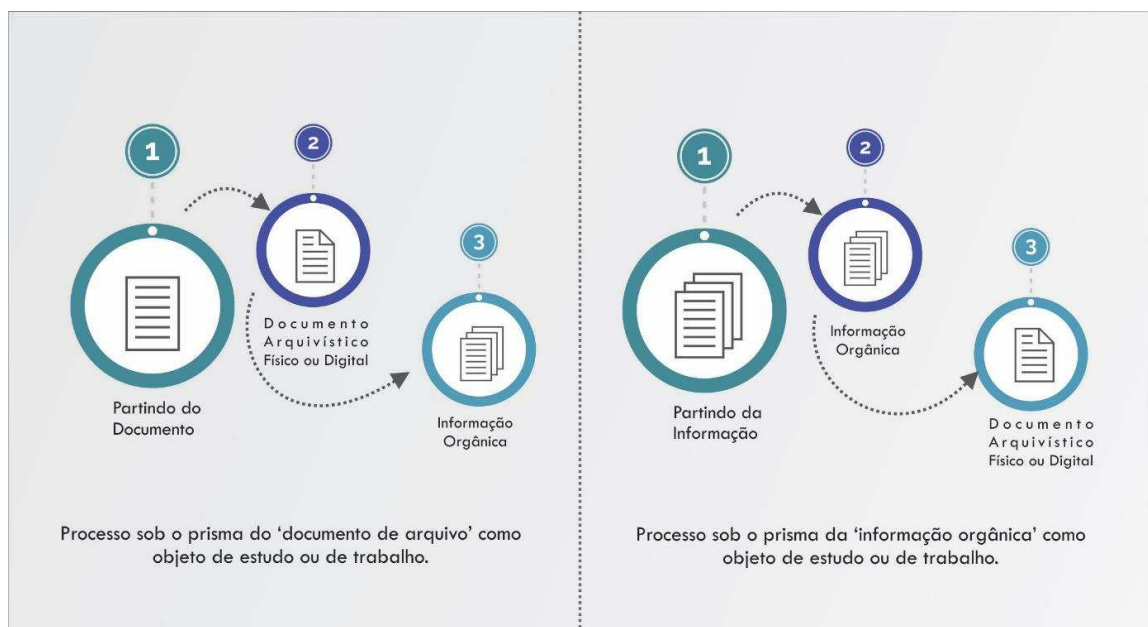
O novo paradigma ao qual a ciência arquivística está sendo envolvida deu margem para que o objeto de trabalho do arquivista fosse questionado. Esse objeto de trabalho é o documento arquivístico independente do seu suporte, o arquivo como sistema de informação, a informação social ou seria a informação arquivística/orgânica? Mais uma vez a subjetividade é predominante para responder tal questionamento com uma verdade absoluta. Possivelmente as definições são influenciadas a partir do conceito lógico do que se entende por documento e informação, como também através do olhar de todas as ciências que trabalham com algum tipo de informação. Aqui vamos se ater ao olhar da Arquivologia e da Ciência da Informação devido as suas convergências no cenário informacional.

Lopes (2013, p.70) defende o objeto científico da Arquivologia como “a informação de natureza arquivística, isto é, a informação orgânica e registrada”. Informação orgânica é aquela que pertence a organização que a gerou ou acumulou. Ele acredita que “a informação se torna mais compreensível quando se agregam a ela adjetivos de significância precisa”, como informação registrada, informação arquivística ou informação biblioteconômica, assim, o conceito de informação passa a ser mais específico para cada área. Para Lopes (2013, p.61) as ciências que trabalham com informação devem apropriá-la a sua particularidade, pois a informação “pode ser tantas coisas e, como tudo que se coloca de modo tão abrangente, termina por resultar em nada”. Embora o termo usado dentro da abordagem “arquivística integrada” seja de “informação orgânica” isso não significa que esse objeto é subordinado a qualquer tipo de informação.

Contemplando o objeto de estudo da Arquivologia como “documento arquivístico” ou “informação orgânica”, é apresentada duas perspectivas: o “documento de arquivístico” como resultado da informação registrada, e a “informação orgânica” como resultado do documento de arquivístico. Para Tognoli (2012) a informação orgânica é definida como “aquela que é produzida e/ou recebida no âmbito de uma atividade, e a produção de uma ou mais informações orgânicas darão origem aos arquivos da instituição”. O conceito é o mesmo do documento arquivístico que segundo Flores (2015, p.6) é o “documento produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado da tal atividade, e retido para ação ou referência”.

A questão é, qual objeto a atividade institucional produz? Sob o aspecto informacional o termo “informação arquivística” seria mais apropriado ao meio digital, pois ela flui tranquilamente nesse novo ambiente tecnológico informacional, diferente do documento arquivístico físico, porém o documento arquivístico quando digital não teria autonomia semelhante? Rousseau e Couture (1998, p.65) afirma que “a produção de informações orgânicas registradas dá origem aos arquivos do mesmo organismo”. Resumidamente o documento nato-digital arquivístico e a informação orgânica podem ser integrados ao meio digital, o que muda são as suas bases, o seu processo de criação. Abaixo a figura faz um comparativo entre a construção do objeto científico partindo do documento de Arquivo e da informação orgânica. Sendo o primeiro produto do documento, onde a informação orgânica só poderia ser produzida com base no documento arquivístico, e a segunda perspectiva que mostra a informação como alicerce para a construção do documento arquivístico por meio da informação registrada.

Figura 5: Construção do objeto de estudo pelo prisma documental e informacional



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O documento de arquivo passou muito tempo frente as abordagens “tradicionais” e “custodias” como sendo o objeto científico da Arquivologia. Um dos fatores que enfraqueceu o documento arquivístico como objeto de trabalho do arquivista foram as TIC’s e essa exploração se estreita a partir dos avanços

tecnológicos da era digital e do desenvolvimento dos meios de comunicações. No núcleo da quebra de paradigma está a produção do documento digital, onde a preocupação com a preservação do suporte físico diminuiu, e aumentou em relação a preservação do conteúdo dos documentos digitais. Antes dos documentos digitais ao preservar o suporte, espontaneamente a informação ou conteúdo também eram preservados, no caso dos documentos digitais a informação passa a ser prioridade devido a “desmaterialização”⁸ do suporte, segundo Capurro e Hjørland (2007, p.173):

O conceito moderno de informação como comunicação de conhecimento, não está relacionado apenas à visão secular de mensagens e mensageiros, mas inclui também uma visão moderna de conhecimento empírico compartilhado por uma comunidade (científica). A pós-modernidade abre este conceito para todos os tipos de mensagens, particularmente na perspectiva de um ambiente digital.

Na perspectiva de Buckland (1991) analisada por Rondinelli (2011), o documento estaria subordinado a informação-como-evidencia, aos tipos de informação e a informação-como-coisa⁹. Nesse contexto o autor consegue traçar de forma específica (dentro do Campo da Ciência da Informação), um vínculo claro entre a Arquivologia e a CI, materializando a informação através do documento ou registro. Contudo, mesmo que seja possível o documento ser resultado da informação-como-coisa para CI, o questionamento seria se esse documento possui características arquivísticas.

⁸ O documento não se desmaterializa literalmente, do contrário seria um documento virtual não digital, ele continua sendo material, visto que está alocado em mídias eletrônicas. O ponto é que o documento nato-digital não se define mais pelo seu suporte, mas pela informação fixada num suporte normalmente por meio de extensões de arquivo, onde é possível separar o conteúdo do seu suporte.

⁹ Rondinelli (2011, p. 38) conclui que a informação-como-coisa é a forma com a qual a informação-como-conhecimento é representada.

Figura 6: Etapas da construção do documento pela CI



Fonte: Documento segundo Buckland, adaptado de Rondinelli (2011).

A partir daí fica explícita a diferença do uso da informação para ambas as ciências, que embora as duas incluam os arquivos no panorama informacional, a arquivística integrada caracteriza o seu objeto a princípios arquivísticos. A informação orgânica não é toda e qualquer informação, mas a informação registrada independente do suporte, produzida e recebida em função de uma atividade por uma organização. Assim sendo, a arquivística integrada não compartilha do mesmo objeto científico da Ciência da Informação, por mais que as duas tenham pontos de convergências como a questão da materialidade e da funcionalidade documental que *“detém as funções de ensino e aprendizagem, registro e comunicação da informação, testemunho de fatos e de ações”* (RONDINELLI, 2011, p.56). Porém há outra abordagem arquivística que compactua em semelhança com o objeto da CI, no caso, a abordagem pós-custodial que defende o objeto de estudo como “informação social”. O quadro abaixo mostra alguns países e quais suas abordagens arquivísticas, características e objeto de estudo/trabalho:

Quadro 2: Correntes teóricas arquivísticas e seus objetos científicos

CORRENTES TEÓRICAS ARQUIVÍSTICAS/ OBJETO CIENTÍFICO			
Países	Abordagem Arquivísticas	Características	Objeto Científico
Austrália	Records Continuum	Contrapõe a teoria das três idades e a separação entre records e archives (arquivo administrativo e histórico).	Ainda que assim não classificado, documento de arquivo
Brasil	Arquivística integrada, pós-custodial, Diplomática arquivística	Absorve de várias abordagens.	Informação, arquivo e documento de arquivo
Canadá/francês	Arquivística integrada	Abordagem onde a gestão da informação deve subsidiar a gestão de documentos, considerando que a classificação pode ocorrer nas três fases.	Informação orgânica
Canadá/inglês	Pós-Moderna ou Funcional	Apoia-se na análise funcional do processo de criação de documentos.	Ainda que assim não classificado, documento de arquivo
Canadá inglês/ Itália	Diplomática arquivística/ Contemporânea	Apresenta método diplomático subsidiando as funções arquivísticas na tarefa de compreensão do contexto de produção de documentos.	Arquivos e documentos
Espanha	Estudo sobre tipologia documental e Identificação	Fixar os tipos documentais mais recorrentes produzidos e solicitados, formação de séries documentais, determinar a identidade do documento de arquivo.	Ainda que assim não classificado, documento de arquivo
Nova Zelândia	Records Continuum	Contrapõe a teoria das três idades e a separação entre records e archives (arquivo administrativo e histórico).	Ainda que assim não classificado, documento de arquivo
Portugal	Pós-custodial	Defende a “viragem de paradigma”, considerando fundamental a inserção da Arquivologia na Ciência da Documentação e da Informação.	Informação social

Fonte: Elaborado pela autora de Schmidt (2012).

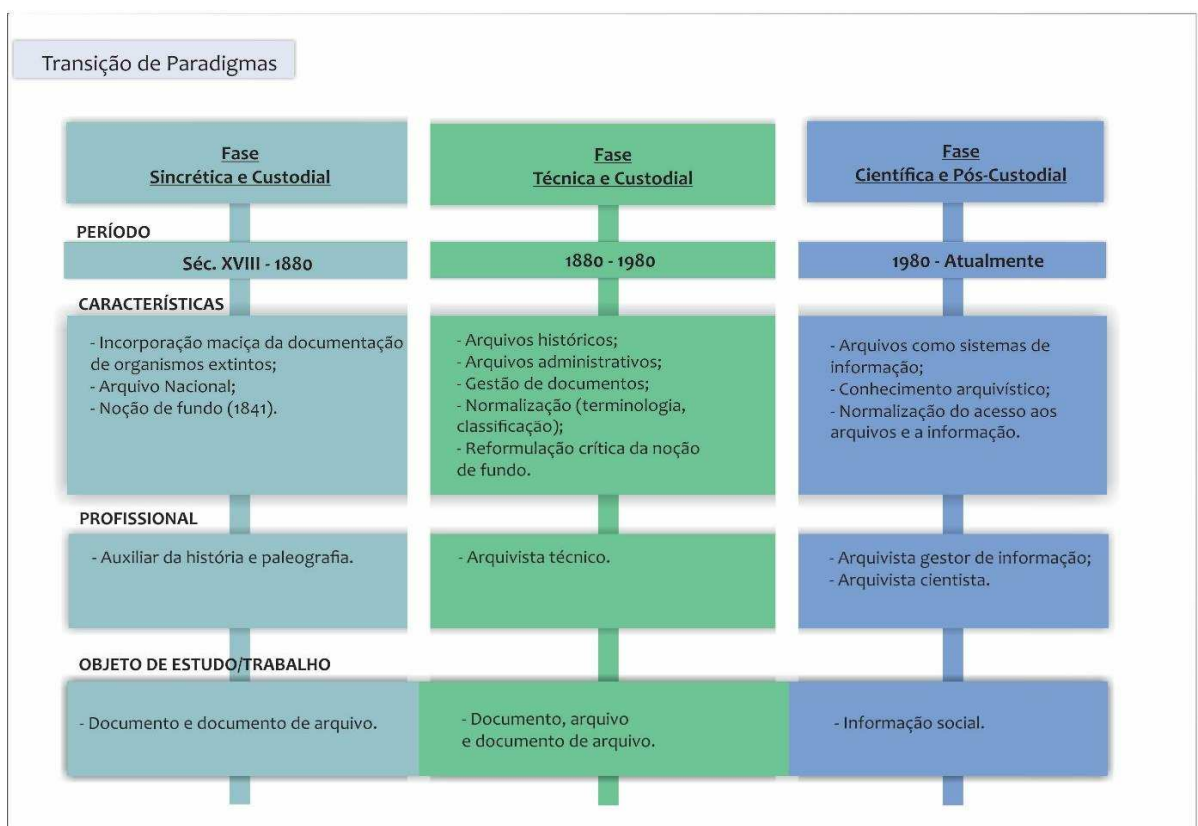
Embora o pós-modernismo tenha trazido a mudança de paradigma na Arquivologia, a informação específica da área só é relevante por meio do registro fidedigno, autêntico e veraz. A informação isolada na visão de Fonseca (1998, p.33, *apud* RONDINELLI, 2011, p. 95):

Não tem sido considerada como objeto privilegiado da Arquivologia, aparecendo, na literatura clássica da área, como uma consequência do documento de arquivo, que, por sua vez, é visto como um elemento do arquivo.

No Brasil o objeto científico da Arquivologia é múltiplo, sendo ele visto como arquivo, documento de arquivo e informação orgânica ou social. A abordagem

arquivística portuguesa está ancorada na CI e partilha de interesses semelhantes voltados ao trabalho por via informação. As tecnologias mais uma vez participam desse processo, a partir do abandono do suporte documental. A fase pós-custodial iniciada a partir da década de 80 até os dias atuais, constrói o profissional da informação em emergência e o cientista da informação. A figura a seguir apresenta as características da fase sincrética e custodial; técnica e custodial; e científica e pós-custodial:

Figura 7: Características das fases de transição de paradigmas na arquivística



Fonte: Adaptado de Ribeiro (2011).

Nessa visão pós-custodial da arquivística, o objeto científico de “documento de arquivo” passa a ser a “informação social”. Conforme Ribeiro (2011, p.64) a fase científica traz as seguintes características: valorização da informação enquanto fenómeno humano e social, sendo a materialização num qualquer suporte um epifenômeno; constatação do incessante e natural dinamismo informacional; prioridade máxima dada ao acesso à informação por todos; imperativo de indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social; alteração do atual quadro

teórico-funcional da atividade disciplinar e profissional; e substituição da lógica instrumental, patente nas expressões “gestão de documentos” e “gestão da informação”.

Embora se discuta dentro da arquivística a informação e suas especificidades como objeto, o mais evidenciado ainda é o documento arquivístico digital, visto como processo evolutivo dos documentos tradicionais. Esses tipos de documentos carregam em si características peculiares referentes a informação registrada, pois o novo documento consegue separar o conteúdo do seu suporte, coisa que os documentos físicos não podiam, pois ambos estão diretamente vinculados. É válido lembrar que os documentos digitais embora diferentes dos documentos tradicionais ainda são aparados por um suporte, seja ele um disco rígido, disco de estado sólido - SSD, mídias óticas, fitas, e etc., o documento digital arquivístico carrega as mesmas características dos documentos físicos, porém em suporte eletrônico (FLORES, 2016).

Em decorrência do que foi apontado sobre o objeto de trabalho do arquivista e de estudo da Arquivologia e como esse produto é imprescindível nas atividades de trabalho e pesquisas teóricas, conclui-se conforme a síntese de Tognoli (2016, p.309) às abordagens e objetos explorados por Schmidt (2012), “o consenso sobre o seu Objeto jamais será encontrado, visto que a Arquivologia é inserido no campo do saber” uma vez que, parte dos que integram os cursos de Arquivologia estão divididos nos que pensam que a Arquivologia deve manter-se independente e os que entendem que a CI é a grande porta de entrada da Arquivologia na era da informação. Como visto existem diversas abordagens que apontam objetos diferenciados, variantes de culturas e teorias científicas diversas. O importante é que os arquivistas estejam aptos a tratar os diversos tipos de objetos, sejam eles físicos ou digitais, independentes de serem caracterizados como documentos arquivísticos digitais ou informação orgânica.

5 O ARQUIVISTA FRENTE AS TIC'S

O uso das tecnologias não é um episódio deste século, o mundo tecnológico começou a mais de 200 anos, porém frente a sociedade tecnológica contemporânea ganharam novas características ao lidar com o objeto “informação”, ou seja, a tecnologia desenvolve particularidades resultantes desse cenário, se configurando num tipo específico (informacional e comunicacional). Os profissionais a princípio eram tecnicistas, desenvolviam instrumentos visando minimizar o trabalho, substituindo e fortalecendo suas ações, tais ferramentas passaram a ser uma extensão dos seus corpos. A sociedade científica-tecnológica atual por sua vez carrega o mesmo interesse das primeiras revoluções industriais, no entanto saindo do binarismo sólido que o átomo pode proporcionar. A necessidade de globalizar, expandir, informar e se comunicar em tempo real anunciaram a nova era. Para alguns céticos a revolução tecnológica ainda não aconteceu de fato, ou para os mais impacientes, já acabou. Entretanto frente a realidade global e seu breve histórico evolutivo, não estaria ela em constância? Para Duarte (2003, p.11):

O nosso desafio cotidiano é viver essas realidades que coexistem no mesmo espaço e no mesmo tempo. A eliminação de uma não favorecerá a instalação da outra. O desafio é lidar com a realidade paradoxal. O nosso mundo é digital, e quem está discutindo se é ou não revolução, sinto dizer, mas ela já está passando, tecnologia por tecnologia, quem não percebeu essas transformações, está perdendo o bonde.

A dialética que levanta o questionamento se a revolução tecnológica não aconteceu ou já acabou é fruto da multiplicidade dos diversos ambientes sociais e culturais. Tal revolução se torna incrédula aos olhos daqueles que veem a revolução digital com base num fenômeno local, porém sua magnitude não se limita a quem pode ou não dela usufruir, pois ela precede a adequação social. Em exemplo disso basta refletir se houve um consenso ou discussão prévia na Arquivologia sobre incluir as TIC's em suas atividades, a maioria das ciências que lidam com informação não tiveram o direito ao livre arbítrio.

É possível enxergar as reviravoltas que as tecnologias da informação e comunicação causaram nas ciências e como elas vêm refletindo na sociedade, o problema em discussão não é a preocupação com aqueles que não admitem a

dimensão das mudanças, mas com aqueles que entendem e se eles estão conseguindo acompanhar.

As TIC's vêm dialogando com a Arquivologia constantemente, de forma mais precisa desde o término da Segunda Guerra Mundial, onde as ciências passaram a ser essenciais no processo de transformação social. O “*big bang* documental” resultou num acúmulo de massa documental em diversas organizações, o que levou posteriormente a necessidade de aplicar gestão documental para resolver inicialmente problemas de espaço e recuperação da informação.

A valorização do valor administrativo dos documentos fortalecido por meados da metade do século XX já havia quebrado o enaltecimento do Arquivo histórico, os novos obstáculos eram a respeito da gestão de documentos, como resolver os problemas ocasionados pelo acúmulo documental, como organizar os documentos e facilitar a recuperação da informação e em como dar acesso a essas informações. O próximo passo evolutivo no final do mesmo século foi primordial para o estreitamento da Arquivologia com as novas tecnologias, partindo da automação dos Arquivos, da utilização dos documentos eletrônicos e produção de documentos digitais. As tecnologias informacionais influenciaram na arquivística:

- ✓ O lugar de trabalho do arquivista;
- ✓ Alargamento dos princípios, teorias e objeto científico e de trabalho;
- ✓ Tratamento dos documentos eletrônicos e digitais;
- ✓ Desenvolvimento de sistemas para gestão, preservação e acesso de documentos arquivísticos digitais;
- ✓ Funções e competências do arquivista;
- ✓ Ampliação no mercado trabalho.

Hoje não há como retirar do fazer arquivístico o uso das tecnologias, de certa forma criou-se uma dependência tecnológica, principalmente depois da produção de documentos nato-digitais, porém a intenção não é depositar toda responsabilidade nas TIC's, pois elas são meios de produção, que devem ser usadas como instrumentos de colaboração. É preciso ter cuidado para que a arquivística não fique refém desses instrumentos, nem que limite a ação dos arquivistas, ao contrário, ela deve ser sinônimo de avanço e desenvolvimento na área. A ideia de que as

tecnologias são naturalmente propícias aos benefícios é inocente, visto que elas usadas sem controle e gerenciamento, podem gerar prejuízos.

Não há como negar que o uso das tecnologias tem levado os arquivistas a outros cenários dando oportunidade (através da interdisciplinaridade) do profissional atuar em outros espaços, com outros objetos, aumentando seu campo de conhecimento e de trabalho. Os arquivistas devem ser cuidadosos ao utilizarem das TIC's em benefício da arquivística, colocando limites a ideia de “quanto mais tecnológico melhor”, são ideias assim que dão margem ao erro de ferir princípios arquivísticos e as características do documento de Arquivo, como foi o caso da PL 7920/2017 ou como ficou conhecida PL da “queima de arquivos” que intencionou *a priori* a eliminação de documentos originais após serem digitalizados, sem o consenso dos profissionais envolvidos no tratamento de documentos arquivísticos ou a aplicação dos instrumentos de gestão. Haveria a inserção da tecnologia nesse contexto? Sim, mas a que preço?

Domingues (2004, p.160) acredita que a ciência e a tecnologia têm como base humanizar a técnica, principalmente depois que ela se tornou mais autônoma com a modernidade. Então, qual seria o fio condutor para tal feito? Sem dúvidas, a ética social ou da responsabilidade, é através dela que se tem como avaliar por meio do bom senso qualquer “progresso duvidoso”. Não está sendo criado aqui um pensamento pessimista em relação as tecnologias, apenas uma reflexão a partir da evidente adoração a elas pela humanidade. A apreensão é quanto ao uso vaidoso e desnecessário dos instrumentos, o propósito de utilizar as TIC's é para ser bonito ou funcional? A funcionalidade deve estar atrelada ao bem comum social, objetivando melhorar a vida da população, não apenas ancorada numa economia e arrecadação de capital. Os arquivistas devem compactuar dessa mesma ética social, a fim de não utilizarem as TIC's com a finalidade de facilitar o seu trabalho de forma individual, mas facilitar o processo administrativo em prol da prestação de serviço à sociedade.

6 FORMAÇÃO: COMPETÊNCIAS DO ARQUIVISTA EM CONSTRUÇÃO

A preocupação com a formação e atuação do arquivista é um assunto contínuo e ambos estão interligados, isso porque a educação/formação conseqüentemente irá refletir na atuação deste profissional no mercado de trabalho e inclui principalmente os docentes e o programa pedagógico do curso. Assim sendo, se faz necessário a qualquer área acompanhar e identificar as necessidades sociais que surgem com o tempo, se fazendo possível encontrar soluções para os problemas que se manifestam.

Em relação a formação dos arquivistas ainda é delicado dizer qual viria a ser o melhor programa educativo, pois a atuação do arquivista não é uma receita de bolo, o que há é uma tentativa constante de perceber as transformações sociais e adequar a formação profissional as mudanças. José Maria Jardim numa entrevista dada a Julio Cesar Cardoso no ano de 2006 ao ser questionado como ele observava o aspecto educativo, visto que a informação arquivística no governo eletrônico abre possibilidades da formação do aluno a estar apto a trabalhar com novos tipos documentais responde:

Sabemos, porém, que a tendência é sempre haver um hiato entre a literatura mais atualizada que possamos oferecer a esse aluno de formação, especialmente na graduação, e a demanda mais imediata que ele tende a receber em termos da sua atuação profissional. O grande desafio hoje, ao tentarmos educar alguém para exercer qualquer área do conhecimento - não apenas na Arquivologia - é o de formarmos profissionais disponíveis intelectualmente para manterem-se constantemente atualizados (CARDOSO, 2006, p.5).

A “disposição intelectual” a qual José Maria Jardim se refere é de que o profissional mantenha uma educação continuada, principalmente nesse cenário propenso a tantas inovações, e que através dessa educação a pesquisa na Arquivologia ganhe força. Não é só formar profissionais robóticos, mas formar também pesquisadores que possam colaborar com a formação de futuros arquivistas e que a profissão possa crescer em visibilidade e oportunidade.

Embora as universidades não tenham o papel de empregar os profissionais que elas formam é muito importante que elas sejam atenciosas quanto a construção do perfil de seus profissionais em formação para que estejam condizentes com as necessidades do mercado de trabalho, tendo o zelo de não formar profissionais distantes das carências existentes. Todavia o interesse de uma boa educação deve

ser de responsabilidade de muitos, do curso, do quadro de docente e do estudante. E como os cursos de Arquivologia podem auxiliar ao máximo na educação dos seus alunos? Em primeiro lugar o curso deve oferecer um bom projeto pedagógico com objetivos de curso bem definidos, assim como já entender quais as habilidades e competências que seus egressos deverão possuir ao concluir o curso. O segundo ponto a ser revisto é o quadro de docentes que sustentam o curso, segundo Calderon (2013, p.125) é interessante que o curso de Arquivologia seja interdisciplinar, mas que é fundamental ter professores arquivistas na sua composição, embora o número de docentes arquivistas tenha crescido nos últimos anos, devido ao número de profissionais que optaram pela área acadêmica. Em terceiro lugar o programa deve instigar a pesquisa, pois somente através da pesquisa que os alunos enxergarão de perto as transformações atuais na área.

O binômio ensino/pesquisa é cada vez mais fundamental para a Arquivologia. Nesse sentido, nós temos um cenário que também é inovador, no qual a universidade atua não só como lócus de formação de profissionais, mas também de produção do conhecimento. Isso é inovador na medida em que a Arquivologia é um saber de Estado. É filha do Estado do século XIX. Durante muito tempo da sua história, a produção do conhecimento resultava das experiências, das buscas, da necessidade de soluções, especialmente para as instituições arquivísticas públicas e dos serviços arquivísticos do Estado (CARDOSO, 2006, p.6).

A partir das mudanças que a Arquivologia sofreu com a inserção tecnológica nos seus fazeres e saberes, os cursos começaram a se adaptarem ao novo cenário. É bem possível que pós a incorporação tecnológica os ajustes sejam constantes devido a rapidez com a qual as TIC's se atualizam e mudam de configuração. Recentemente a Universidade Estadual da Paraíba passou por uma atualização em seu projeto pedagógico. O curso já contava com componentes efetivos voltados ao diálogo da Arquivologia com a TI, mais precisamente os componentes eram Tecnologias da Informação I e II e Documentos Digitais, a matriz estava sendo usada desde 2006 até o segundo semestre de 2016. Ver quadro a seguir:

Quadro 3: Reajuste dos componentes do curso de arquivologia da UEPB

Reajuste: Componentes do Curso de Arquivologia da UEPB que dialogam com a TI	
Ano [2006 – 2016.2]	Ano [2016.2 –]
Documentos Digitais	Arquitetura da Informação
Tecnologias da Informação I	Direito Eletrônico
Tecnologias da Informação II	Documentos Digitais
	Estrutura e Linguagem para a Organização da Informação na WEB
	Fundamentos das Tecnologias da Informação e Comunicação
	Gestão das Tecnologias e Sistemas Arquivísticos

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A partir do período 2016.2 a matriz curricular foi modificada. Quando alguns componentes foram inseridos e outros eliminados com relação aos componentes voltados para a tecnologia. Contudo, a mudança já é bastante visível na estrutura do currículo, pois foram inseridos os componentes: Arquitetura da Informação; Gestão das Tecnologias e Sistemas Arquivísticos; Estrutura e Linguagem para a Organização da Informação na WEB; Fundamentos das Tecnologias da Informação e Comunicação; e Direito Eletrônico. Os componentes de Tecnologias da Informação I e II foram eliminados da Matriz e o que antes era apenas visto nas disciplinas encerradas está melhor especificado e explorado nos novos componentes.

Só para ter uma ideia a população brasileira em 2017 era de 207. 660. 929 pessoas, a quantidade de médicos registrados era de 451.777 médicos. Como não existe um Conselho Federal de arquivistas brasileiros é difícil estipular precisamente a quantidade de arquivistas formados ou em atividade no Brasil, porém é um número insignificante se comparado ao profissional anterior. O número de arquivistas formados e atuantes no Brasil é pequeno se pensar na extensão territorial brasileira, outro problema é a quantidade de cursos de Arquivologia espalhados pelo país, determinadas regiões são privilegiadas enquanto outras desfavorecidas, há muitos estados que nem sequer oferece o curso. Mesmo em estados que ofertam o curso, a visibilidade e atuação do profissional não obtêm muitos espaços, é um pouco assustador pensar como estão funcionando as administrações dos estados que não oferecem. O quadro abaixo mostra as universidades que oferecem o curso de arquivologia no Brasil e sua data de criação:

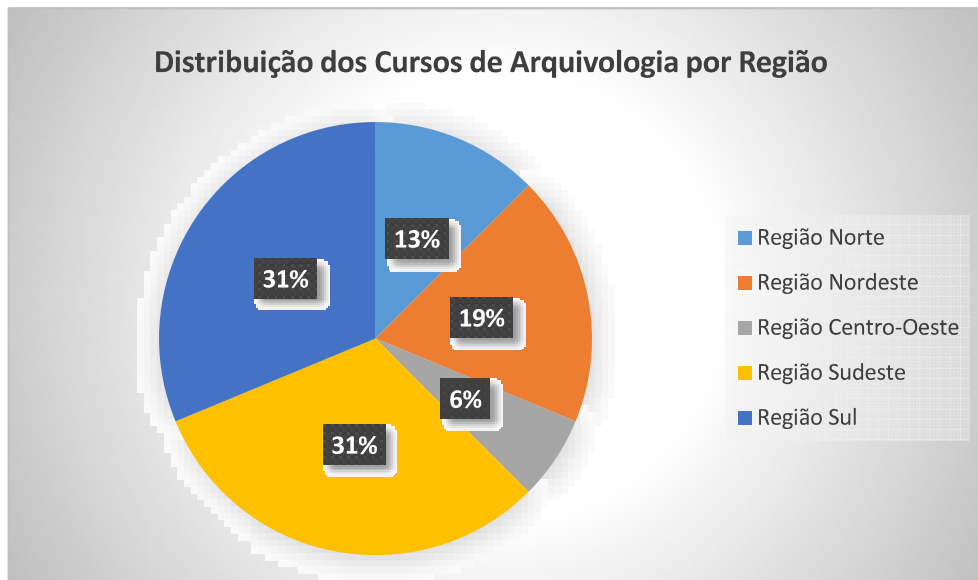
Quadro 4: Universidades que oferecem o curso de Arquivologia no Brasil

Universidades que oferecem o curso de Arquivologia no Brasil				
Nº	UNIVERSIDADE	SIGLA	UF	CRIAÇÃO
1	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	1976
2	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	1976
3	Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	1978
4	Universidade de Brasília	UNB	DF	1990
5	Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	1997
6	Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	1997
7	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	1999
8	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	1999
9	Universidade Estadual Paulista	UNESP/MARÍLIA	SP	2002
10	Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	2006
11	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	2008
12	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	2008
13	Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	2008
14	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	2008
15	Universidade Federal Santa Catarina	UFSC	SC	2009
16	Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	2011

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Os primeiros cursos a nível superior foram criados em 1976 pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o último foi em 2011 pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Entre o espaço do primeiro curso criado até o último o espaço é de 35 anos, tirando uma média entre eles pode-se chegar ao resultado que em média aproximadamente a cada 3,8 anos desde 1976 um curso de Arquivologia é criado no Brasil. Caso o tempo seja direcionado a partir dos anos 2002 essa média cai para 2,25 anos. Como mostra o gráfico abaixo o maior número de curso de Arquivologia foi criado durante o ano de 2008, total de 4 cursos abertos sendo 2- na Região Sul; 1- na Região Sudeste; e 1- na Região do Nordeste.

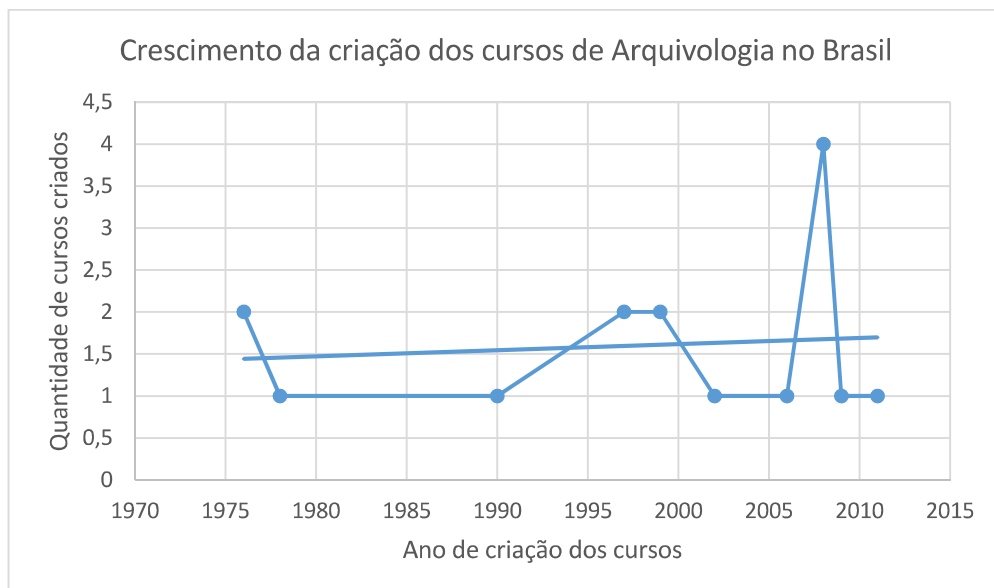
Gráfico 1: Distribuição dos cursos de Arquivologia por Região brasileira



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Atualmente há 16 cursos de Arquivologia espalhados pelas cinco regiões brasileiras, sendo: 2- Região Norte; 3- Região Nordeste; 1- Região Centro-Oeste; 5- Região Sudeste; e 5- Região Sul. A região sul e sudeste são as mais beneficiadas concentrando 10 cursos no total.

Gráfico 2: Crescimento referente a criação dos cursos de Arquivologia no Brasil



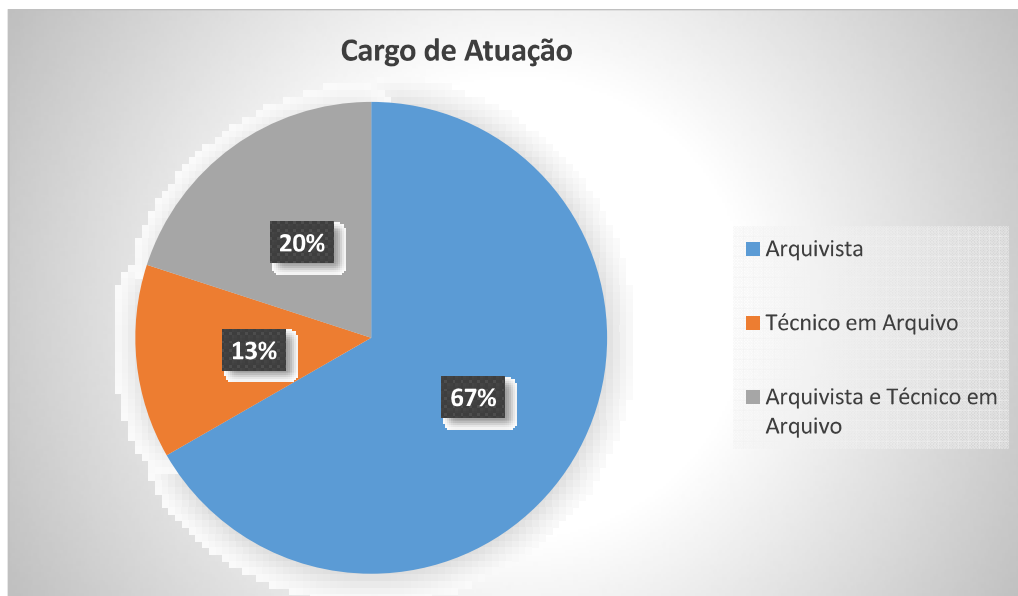
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Frente a realidade da implantação dos cursos de Arquivologia no Brasil é importante que esse número aumente para atender a extensão territorial, além de unir forças para se trabalhar na representatividade da profissão de arquivista. Afora de se ampliar a graduação é necessário que sejam abertos programas de pós-graduação em Arquivologia, pois o único estado que oferece um mestrado em Arquivologia no Brasil é a Universidade Federal do Rio de Janeiro, por este motivo muitos graduados acabam migrando para áreas de diálogos estreitos com a arquivística, normalmente para a Ciência da Informação. É importante a atenção de formar profissionais empenhados e entusiasmados por meio de um programa pedagógico satisfatório afim dos novos arquivistas reivindicar melhores condições de trabalho e educação superior continuada na área.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A participação dos dezessete arquivistas e técnicos em arquivos atuantes no mercado de trabalho foi imprescindível para delimitar características que compõem as competências e o perfil do arquivista frente ao tratamento de documentos digitais. A intenção foi coletar dados de profissionais que tivessem em realidades diversas, quanto a natureza jurídica da instituição, o IES de formação, lugar de trabalho na instituição, objeto de estudo e de trabalho e suas competências como arquivista.

Gráfico 3: Cargo de atuação dos participantes no mercado de trabalho



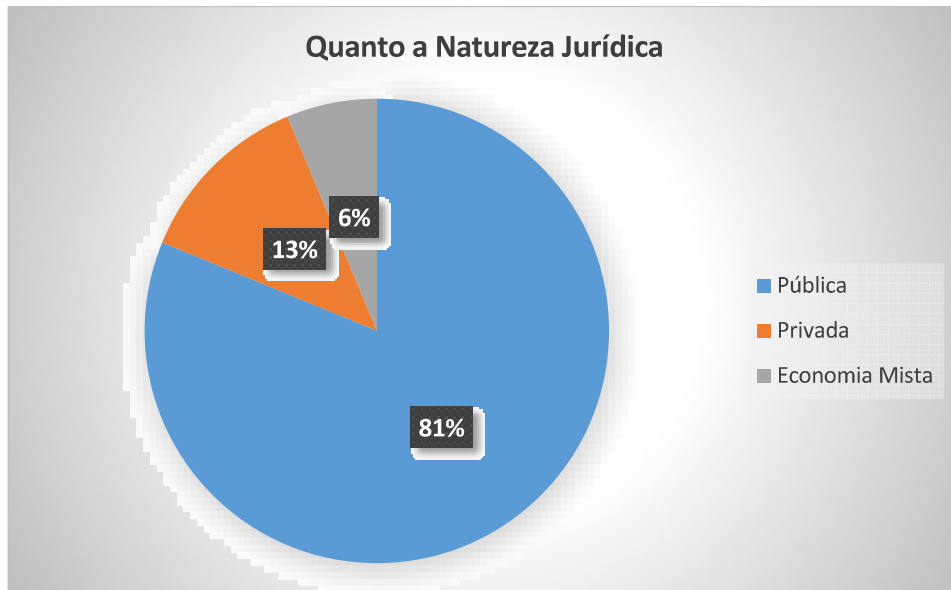
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A maioria dos arquivistas atuam em esferas públicas, o que ajuda essa realidade é a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e estabelece como dever do Estado:

Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

De início os cursos em Arquivologia visavam justamente que os profissionais atuassem na esfera pública brasileira, a Lei apenas fortaleceu o vínculo entre a profissão e o Estado.

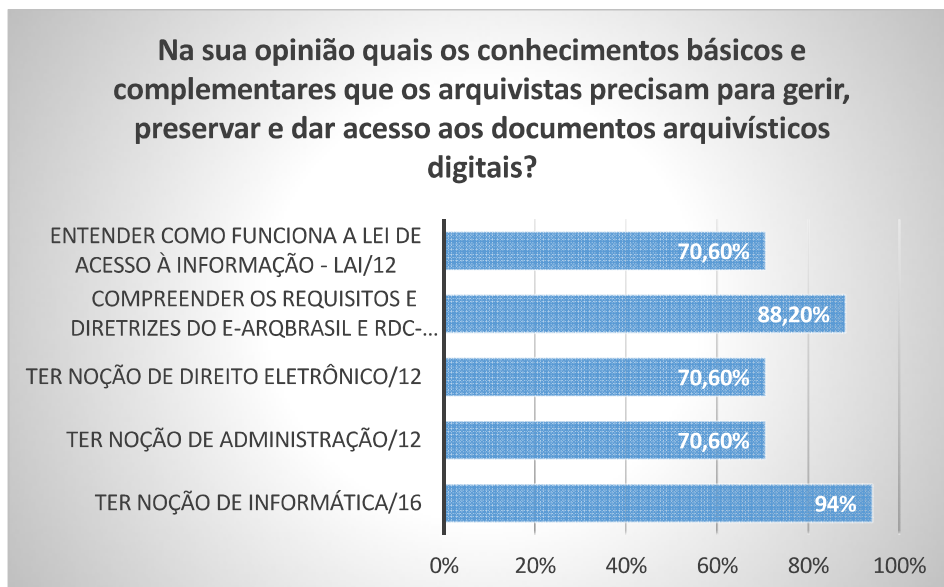
Gráfico 4: Natureza jurídica das instituições dos participantes



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

José Maria Jardim em entrevista a Cardoso (2006) afirma que a Arquivologia é filha do Estado e que só recentemente o setor privado começou a utilizar da arquivística.

Gráfico 5: Conhecimentos complementares que os arquivistas devem ter



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Sobre os conhecimentos complementares que o arquivista deve ter para realizar o tratamento dos documentos digitais, obteve-se os seguintes números

conforme gráfico acima: as alternativas para seleção, deixou em aberto se o participante quisesse acrescentar outras e dar sua opinião: 1- ter noção de informática 94,10%; 2- ter noção de administração 70,60%; 3- ter noção de direito eletrônico 70,60%; 4-compreender os requisitos e diretrizes do E-ArqBRasil 88,20%; e 5- entender como funciona a LAI 70.60%.

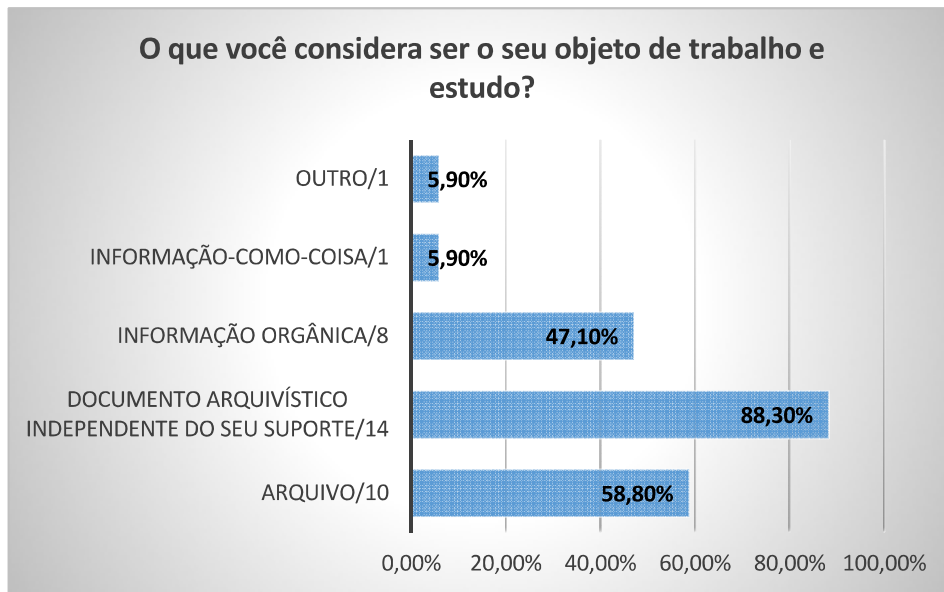
Gráfico 6: Lugar de trabalho do arquivista na instituição



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Em relação ao lugar de trabalho do arquivista todos os participantes responderam de forma unânime que o seu *locus* na instituição deve ser desde o protocolo até a fase permanente, independente do sistema de gestão ser manual ou automatizado. Na opção de se inserir observações no questionário um participante complementou que a atividade exercida pelos arquivistas mesmo que esteja associada a pós-produção documental, deve antever sua “criação”, fato já abordado na seção 3.1 deste trabalho, como sendo de competência do arquivista a elaboração de programas de gestão documental.

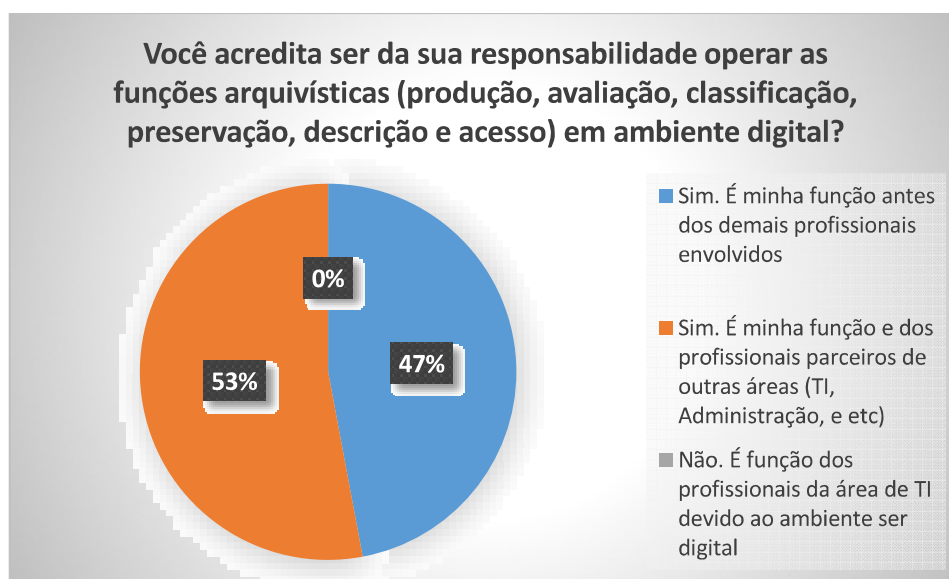
Gráfico 7: Objeto de trabalho e de estudo dos arquivistas



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os participantes consideram como objeto de trabalho e estudo em primeiro lugar o documento arquivístico independentemente de seu suporte 88,30%, sequencialmente o Arquivo 58,80% e a informação orgânica 47,10%. O gráfico apresenta claramente a evidencia das abordagens da arquivística integrada e da diplomática contemporânea para os arquivistas. Outra resposta acrescentada a pesquisa foi o “acesso” como objeto de trabalho.

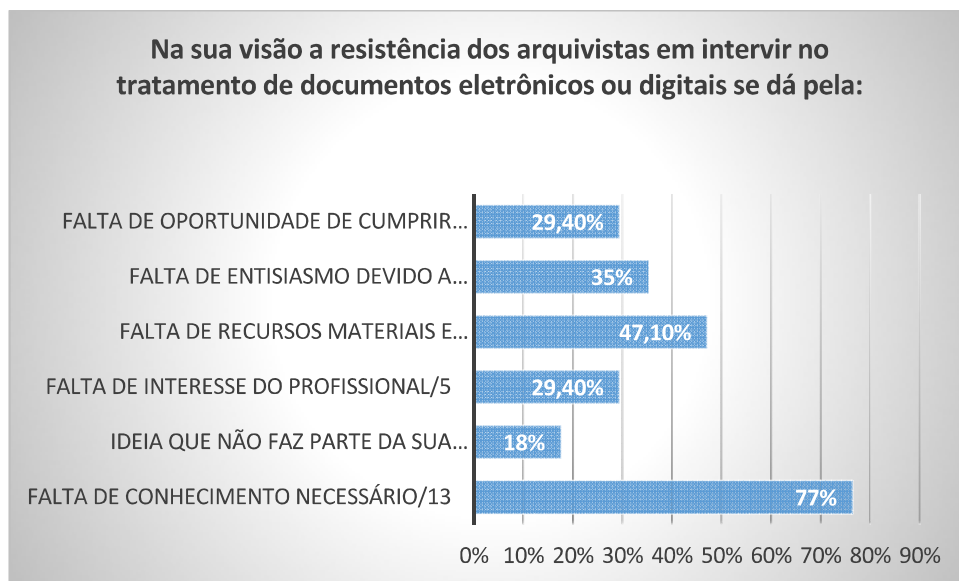
Gráfico 8: Funções arquivísticas como sendo ou não responsabilidade dos arquivistas



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Em relação as funções arquivísticas em ambiente digitais duas opiniões são defendidas, a primeira como sendo de função dos arquivistas antes de quaisquer profissionais 47%, e como sendo de responsabilidade dos arquivistas em parceria simultaneamente com profissionais de outras áreas 53%. Teve uma exceção em relação a função “produção” nesse contexto, como não sendo responsabilidade de um ou outro profissional, mas de todos que produzem documentação na instituição.

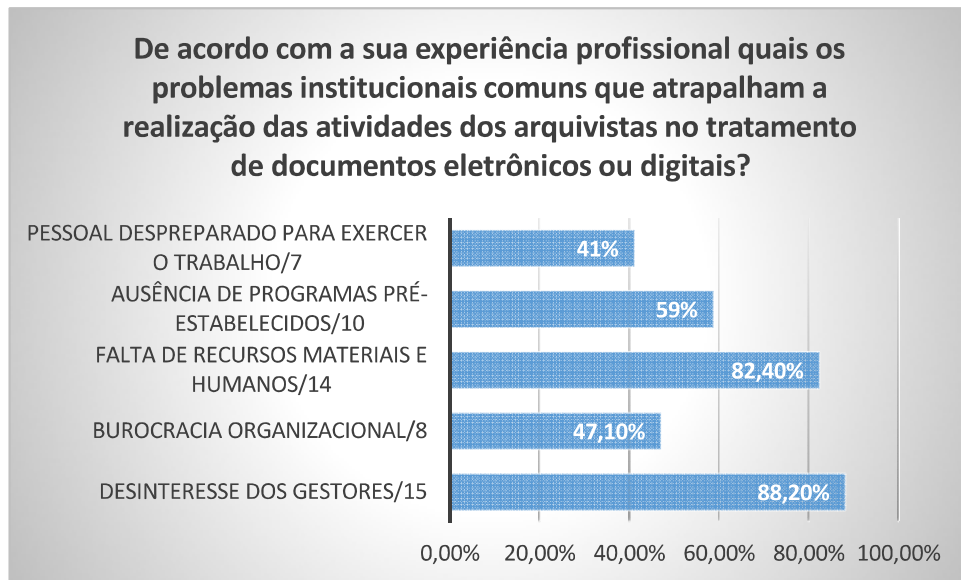
Gráfico 9: Motivos de resistência do arquivista tratar documentos arquivísticos digitais



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Em relação a resistência dos arquivistas no tratamento de documentos digitais foi apontado como maiores motivos a falta de conhecimento necessário 77%, falta de recursos materiais e humanos 47,10%, e falta de entusiasmo devido a invisibilidade profissional 35%. Nesse contexto entra a problemática sobre a adequação dos cursos de Arquivologia em educar e formar profissionais capacitados, além dos alunos buscarem uma educação continuada para conseguirem realizar as suas funções de forma natural e satisfatória.

Gráfico 10: Problemas que atrapalham a realização do trabalho dos arquivistas



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os problemas que mais atrapalham a realização do trabalho dos arquivistas frente ao tratamento dos documentos arquivísticos eletrônicos e digitais é a falta de interesse dos gestores e a falta de recursos humanos e materiais. Foram acrescentadas por participantes mais dois motivos: 1- colocar os interesses políticos a frente do trabalho e 2- falta de reconhecimento pelo profissional.

Frente aos resultados da pesquisa, foi possível levantar várias habilidades que segundo a visão dos participantes os arquivistas pós-modernos devem possuir:

Quanto as habilidades cognitivas e profissional, eles devem ter:

- ✓ Conhecimento intermediário em TI;
- ✓ Diálogo com outras áreas;
- ✓ Relacionamento interpessoal;
- ✓ Interesse de uma educação continuada;
- ✓ Percepção do funcionamento organizacional;
- ✓ Conhecimento científico e técnico arquivístico;
- ✓ Capacidade de análise e síntese;
- ✓ Capacidade de liderança e persuasão;
- ✓ Adaptação a realidade;
- ✓ Renovação profissional;
- ✓ Habilidade de criar e desenvolver ideias;

- ✓ Aptidão de tomar decisões;
- ✓ Articulação política.

Quanto as qualidades devem ser:

- ✓ Proativos
- ✓ Éticos
- ✓ Autoconfiantes
- ✓ Razoáveis (Bom senso)

As habilidades estão ligadas a competência estratégica do profissional, são atributos que podem ser desenvolvidos, características que embora uns tenham melhores relações por afinidade, não é inerente a biologia, pois todo conhecimento pode ser adquirido. As competências envolvem qualidades e habilidades, estas colaboram para que o profissional realize suas competências, no que diz respeito, a sua faculdade concedida por Lei e a sua qualidade em resolver e fazer determinada atividade, cumprindo assim a sua função.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo e análise das mudanças que o novo paradigma arquivístico ocasionou no saber e fazer da Arquivologia, aventuro-me em dizer por meio de um olhar otimista que apesar da sua “crise de identidade” devido as mudanças sociais e influência tecnológica, a ciência já dá indícios de ser uma aposta para o futuro, resultado dos novos recursos que estão aumentando gradativamente o uso informacional. O cenário arquivístico atual parece entender perfeitamente a frase dita por Lavoisier em 1789 “nada se perde, tudo se transforma”, e que este fato não é sinônimo de regresso, mas que remete a evolução. Com base nas mudanças em cadeia que clama por adequação, os arquivistas estão sendo desafiados a se recriarem e readaptarem, em relação as suas novas competências, habilidades e atribuições.

A partir da interdisciplinaridade com outras ciências, das agregações de técnicas e tecnologias, o fio do antigo fazer solitário está transformando o arquivista antes uno num profissional múltiplo. Atualmente, embora, seja possível enxergar o arquivista distante do arquivo permanente. Ele ainda está preso ao estereótipo do guardião ou cuidador de documentos físicos da administração, sendo aquele que protege e organiza. Fazer a ligação do profissional como sendo o gestor competente que trata documentos arquivísticos sejam eles físicos ou digitais, através de programas de gestão, preservação e acesso pré-estabelecidos, que envolve um trabalho técnico e intelectual, através de sistemas informatizados ou não, ainda não é uma conexão natural. Muito se confunde atualmente o que parece ser atribuição do Técnico em TI por estar “*linkado*” com o meio digital com o que é dever e responsabilidade do arquivista. De pronto parece ser espantoso que muitas das atividades ligadas ao documento digital precisem do conhecimento do arquivista.

Claramente a responsabilidade do tratamento de documentos digitas não é um papel unicamente dos arquivistas. Sua complexidade está em não ser uma tarefa de poucos, mas de muitos. As competências do profissional se constrói por meio da necessidade e por isso se torna muito volúvel, mas isso não significa que não seja possível desenvolver e elaborar perfis que atendam às necessidades das instituições e dos usuários. Hoje se espera superarquivistas, aqueles arquivistas que estão se aperfeiçoando, estudando disciplinas voltadas a informática, direito eletrônico, administração, temas atuais da área como o funcionamento de SIGAD, RDC-Arq,

plataformas de acesso, os novos materiais de armazenamento e meios de facilitar a recuperação da informação. Contudo, mesmo com toda a busca pelo aprimoramento através da educação continuada, o arquivista não é o profissional que dará conta de problemas técnicos de hardwares e softwares, ou da estrutura administrativa da instituição. Cada profissional desempenhará suas competências em proporções diferentes quanto ao tratamento dos documentos arquivísticos digitais, embora seja de responsabilidade dos arquivistas gerenciá-los.

Seria um erro adotar de tantas abordagens práticas e teóricas sem se importar em entender o funcionamento de uma instituição. Seria superficial estabelecer um programa de tratamento documental e profissional padrão. O intuito é que os arquivistas consigam estruturar os documentos arquivísticos digitais, evitando o uso deficiente das TIC's, respeitando os princípios e funções arquivísticas. Não se tem a intenção de "garimpar bits", mas de oferecer tratamento documental. A construção multifuncional das competências do arquivista contemporâneo não se dará através de um único olhar, abordagem, objeto científico ou lugar, devido as diversas realidades institucionais e sociais. Desta forma, o arquivista deve perceber as mudanças ao seu redor, e acima de tudo buscar através de estudos, as soluções que facilitem o tratamento e acesso à informação à medida que as tecnologias informacionais proporcionarem melhores opções e condições de tratamento.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: **Zahar**, 1999. Disponível em:
<https://zahar.com.br/sites/default/files/arquivos/trecho_BAUMAN_ModernidadeLiquida.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BIBLIOTECA E ARQUIVOS NATIONALE DU QUÉBEC. Relatório: Treinamento Arquivístico: Atendendo aos Desafios da Sociedade informação. Resumo do 5º Dia em arquivos organizado pela Universidade Católica de Louvain, de 9 a 10 de maio 2005. **A rives**, Volume 38, Número 1, 2006-2007.

BRASIL. ARQUIVIO NACIONAL. **DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: AN, 2005.

BRASIL. **Decreto n. 82.590**, de 06 de nov. de 1978. Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo. Brasília, DF, em 06 de nov. de 1978.

BRASIL. **Lei nº 6.546**, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm> Acesso em: 10 de out. 2018.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística**: da literatura científica à prática pedagógica. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007.

CARDOSO, Julio Cesar. Entrevista: José Maria Jardim. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.7-21, jan/jun. 2006.

COMPETÊNCIA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/competencia/>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos: e-ARQ Brasil**. Rio de Janeiro, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Requisitos Para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis - RDC-Arq**. 2015. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf>. Acesso: 26 out. 2018.

COOK, Terry. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. In: **InCid: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n.2, p. 3-27, jul./dez. 2012.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DOMINGUES, Ivan. Ética, ciência, tecnologia. **KRITERION**, Belo Horizonte, nº 109, jun/2004, p.159 – 174. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2004000100007&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 01 nov. 2018.

DORNELES, Sânderson Lopes. Os Arquivistas e as Tecnologias da Informação e Comunicação. **Tarairiú**. Revista eletrônica do laboratório de arqueologia e paleontologia da UEPB, v. 1, p. 108-126, 2017.

DUARTE, Fábio. **Do átomo ao bit: cultura em transformação**. São Paulo: Annablume, 2003.

FLORES, Daniel. **Preservação de Documentos Digitais: Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis - RDC-Arq**. Goiânia - GO. 110 slides, color, Padrão Slides Google Drive/Docs 4x3. Material elaborado para a Palestra no CENDOC - Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq), de 23 e 24 de fevereiro de 2016. Disponível em: <[https://www.cidarq.ufg.br/up/91/o/UFG_-_Preserva%C3%A7%C3%A3o_de_Documentos_Digitais_-_Reposit%C3%B3rios_Arquiv%C3%ADsticos_Digitais_Confi%C3%A1veis_-_RDC-Arq_\(Fev_2015\).pdf](https://www.cidarq.ufg.br/up/91/o/UFG_-_Preserva%C3%A7%C3%A3o_de_Documentos_Digitais_-_Reposit%C3%B3rios_Arquiv%C3%ADsticos_Digitais_Confi%C3%A1veis_-_RDC-Arq_(Fev_2015).pdf)>. Acesso em: 26 de out. 2018.

LAVOISIER, Antoine Laurent. **Traité élémentaire de chimie**: présenté dans un ordre nouveau et d'après les découvertes modernes. Paris: Cuchet, 1789.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2.ed. Brasília: Projecto Editorial/Annabel Lee, 2013.

LOPEZ, André Porto Ancona. O “Ser” e o “Estar” arquivista no Brasil de hoje: regulamentação e trabalho profissional. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação** (RICI), v.1 n.1, p. 219-232, jan./jun. 2008.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**/ Angélica Alves da Cunha Marques – 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2979/1/2007_AngelicaAlvesdaCunhaMarques.PDF>. Acesso em: 01 de nov. 2018.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O Conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária** / Rosely Curi Rondinelli - 2011. 270 f.: il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011. Disponível em: <https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/publicacoes/preservacao_digital/tese_rondinelli.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

RIBEIRO, Fernanda. A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/17141>>. Acesso em: 19 set. 2018.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Salamanca: Nova Enciclopédia, 1998.

RUSSELL, Bertrand. **História do pensamento ocidental**: a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein. - especial. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão de documentos eletrônicos**: uma visão arquivística. 2. ed. rev. aum. Brasília: ABARQ, 2005.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org.). **Arquivística temas contemporâneos**: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. Brasília: SENAC, 2007, p. 175-220.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos**/ Vanderlei Batista dos Santos -2011. 279f. Tese (doutorado em Ciência da Informação - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2011.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. São Paulo: C. M. S. SCHMIDT, 2012, 320f.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. Entre o documento de arquivo e a informação arquivística: reflexões acerca do objeto científico da Arquivologia. In: SANTOS, Eliete Correia dos (organizadora). **Pesquisa em Arquivologia**: fronteiras e perspectivas epistemológicas. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional**: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.

TOGNOLI, Natália. A informação no contexto arquivístico: uma discussão a partir dos conceitos de informação-como-coisa e informação orgânica. **Informação Arquivística**. Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 113-122, jul./dez., 2012.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **Arquivologia**: abordagens e objetos. São Paulo: Arq-SP, n.10, 2016, p.305-309.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.

VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevich; BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Slovo v zhizni i slovo v Poesie. **Zvezda** n° 6, 1926.

ZUFFO, João Antônio. **A infoera**: o imenso desafio do futuro. São Paulo: Saber Ltda, 1997.

APENDICE

Questionário Eletrônico

Pesquisa Sobre as Competências do Arquivista no Tratamento de Documentos Digitais

Sou graduanda do curso Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, sob orientação do Prof. Me. Sânderson Dorneles. Gostaria de contar com a sua colaboração em responder esse questionário que será de grande importância para a construção de parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Todas as respostas serão apenas para fins de análise. Nenhum participante terá a sua identidade revelada. O objetivo é apontar a partir de arquivistas atuantes no mercado de trabalho, suas competências no tratamento de documentos digitais, englobando seu objeto de trabalho, programa educativo ao qual foi submetido e sua experiência profissional.

- ❖ Indica campo de identificação.
 - Indica campo de opção.
 - Indica campo de caixa de seleção.

- ❖ Nome da universidade que você cursou Arquivologia:
- ❖ Nome da Instituição que trabalha

- ❖ Natureza da instituição
 - Pública
 - Privada
 - Sociedade de Economia Mista

- ❖ Você atua como:
 - Arquivista
 - Técnico em Arquivo
 - Arquivista e Técnico em Arquivo

1. Com base na sua formação, o seu programa educativo lhe preparou satisfatoriamente para atender às necessidades da sociedade da informação? Caso não, aponte o que hoje teria sido imprescindível para sua atuação como arquivista.

2. Na sua opinião quais os conhecimentos básicos e complementares que os arquivistas precisam para gerir, preservar e dar acesso aos documentos arquivísticos digitais?

- Ter noção de informática
- Ter noção de Administração
- Ter noção de Direito Eletrônico

- Compreender os requisitos/diretrizes do E-ArqBrasil e RDC-Arq
 - Entender como funciona a Lei de Acesso à Informação-LAI
3. Em sua opinião qual deve ser o seu lugar de trabalho na instituição?
- Nos arquivos de fase permanente
 - Nos arquivos de fases corrente e intermediária
 - Desde o protocolo em toda cadeia de custódia documental
4. Você trabalha com sistemas informatizados arquivísticos?
- Sim
 - Não
5. A instituição em que você trabalha possui sistemas informatizados de gestão, preservação ou de acesso documental/informacional? Caso sim, saberia dizer quais?
6. O que você considera ser o seu objeto de trabalho e estudo:
- Arquivo
 - Documento arquivístico independente do seu suporte
 - Informação orgânica
 - Informação-como-coisa
 - Outro
7. Na sua visão a resistência dos arquivistas em intervir no tratamento de documentos eletrônicos ou digitais se dá pela:
- Falta de conhecimento necessário
 - Ideia que não faz parte da sua função
 - Falta de interesse do profissional
 - Falta de recursos materiais e humanos nos Arquivos
 - Ausência de oportunidade de cumprir as suas potencialidades
8. De acordo com a sua experiência profissional quais os problemas institucionais comuns que atrapalham a realização das atividades dos arquivistas no tratamento de documentos eletrônicos ou digitais?
- Desinteresse dos gestores
 - Burocracia organizacional
 - Falta de recursos materiais e humanos
 - Ausência de programas pré-estabelecidos
 - Pessoal despreparado para exercer o trabalho
9. Quais as habilidades e qualidades que você espera ver nos seus colegas de trabalho?

10. Você acredita ser da sua responsabilidade operar as funções arquivísticas (produção, aquisição, avaliação, classificação, preservação, descrição e acesso) em ambiente digital?

- Sim. É minha função a priori
- Sim. É minha função a priori e dos profissionais da área de TI
- Não. É função dos profissionais da área de TI

11. Na sua concepção quais suas competências na instituição de trabalho?